

A DIMENSÃO RACIAL NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO
Constelações Orí e Nervuras da Raça

GUILHERME DOS SANTOS CLAUDINO
(ORGANIZADOR)

A DIMENSÃO RACIAL NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Constelações Orí e Nervuras da Raça

CONSEQUÊNCIA

© 2026, dos autores

Direitos desta edição reservados à
Consequência Editora
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
ed@consequenciaeditora.com.br
www.consequenciaeditora.com.br
BlogdaConsequência

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,
no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei no 9.610/98).

Conselho editorial

Alvaro Ferreira
Carlos Walter Porto-Gonçalves (*In memoriam*)
João Ferrão
João Rua
Marcelo Badaró Mattos
Márcio Piñon de Oliveira
Marcos Saquet
Martina Neuburger
Ruy Moreira
Timo Bartholl

Coordenação editorial e projeto gráfico: Consequência Editora

Revisão: Cristiane Fogaça

Diagramação: Oliveira e Filho

Capa: Luiz Otávio Moratelli, Guilherme dos Santos Claudino e Gabriel Ben

Tradução: Heci Regina Candiani, Guilherme dos Santos Claudino e Guilherme Magon Whitacker

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD

D582 A dimensão racial na história do pensamento geográfico: constelações ori e
nervuras da raça / organizado por Guilherme dos Santos Claudino ; traduzido por
Heci Regina Candiani, Guilherme dos Santos Claudino, Guilherme Magon
Whitacker. - Rio de Janeiro : Consequência Editora, 2026.
782 p. : il. ; 18 cm x 25,5 cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-83435-30-9

1. Geografia. 2. Raça. 3. Pensamento Negro. 4. Geografias Negras. 5. História. I. Claudino,
Guilherme dos Santos. II. Candiani, Heci Regina. III. Whitacker, Guilherme Magon. IV.
Título.
2026-1959

CDD 910
CDU 91

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A dimensão racial na história do pensamento geográfico 15

Guilherme dos Santos Claudino

A propósito do Centenário de Milton Santos (1926-2026) 45

Guilherme dos Santos Claudino

PARTE I

CONSTELAÇÕES ORÍ

CAMINHOS PARA UMA HISTÓRIA DA GEOGRAFIA RACIALIZADA

CAPÍTULO I

E se a história da geografia começar pelo Continente Africano?

Um *Oceano Negro* de saberes geográficos 55

Guilherme dos Santos Claudino

CAPÍTULO II

E se a história da geografia começar pelo Norte da África?

A invenção do Norte da África: Hegel, Fanon e a
racialização da geografia 67

Mohamed Amer Meziane

CAPÍTULO III

O que acontece se começarmos pela Nigéria?

Diversificando as histórias da geografia 91

Ruth Craggs, Hannah Neate

CAPÍTULO IV

O que acontece se começarmos pela África do Sul?

Do apologismo do apartheid ao neoliberalismo pós-apartheid:
mudanças de paradigma na Geografia Urbana da África do Sul..... 123

Brij Maharaj e Sagie Narsiah

CAPÍTULO V

E se começar por Gana?

O surgimento e a institucionalização
da geografia feminista em Gana 149

Charlotte Wrigley-Asante, Elizabeth Ardayfio-Schandorf

CAPÍTULO VI

E se iniciarmos por Moçambique?

Geografia Moçambicana: caminhos da formação
de um campo científico..... 159

José Maria do Rosário Chilaúle Langa, Guilherme dos Santos Claudino

CONHECENDO NOSSOS *GRIÔS*

DOIS SÉCULOS DE GEÓGRAFOS E GEÓGRAFAS NEGRAS

CAPÍTULO VII

E se começarmos a partir do Brasil?

Geógrafos Negros no Brasil Império e República: Theodoro
Fernandes Sampaio e Manuel Raimundo Querino..... 179

Guilherme dos Santos Claudino, Diogo Marçal Cirqueira

CAPÍTULO VIII

E se a história da geografia se iniciasse no ano de 1955, na cidade de Montgomery, com uma professora negra?

A Geógrafa Thelma McWilliams Glass e o boicote
aos ônibus de Montgomery (1955-1956)..... 197

Guilherme dos Santos Claudino

CAPÍTULO IX

E se iniciar por São Tomé e Príncipe na Roça do Rio do Ouro?

“De coração em África”: A ambivalência da geografia e poesia
negra de Francisco José de Vasques Tenreiro 227

Guilherme dos Santos Claudino

CAPÍTULO X

E se iniciar do coração de um poema?

Sentidos do poema “Negro de Todo Mundo”
de Francisco José de Vasques Tenreiro 245

Guilherme dos Santos Claudino, Nathaly Julia Silva Cruz

CAPÍTULO XI

E se iniciar na cidade de Ikere, na Nigéria?

Tornar visível o invisível: Folasade Iyun e a geografia da
saúde materno-infantil na África..... 253

Rizia Mendes Mares, Larissa Araújo Coutinho de Paula

CAPÍTULO XII

E se iniciar pelo Rio de Janeiro, no Brasil?

Andreilino Campos: do quilombo à favela, do espaço periférico
segregado à teoria do sujeito e a análise do lugar do negro na
segregação socialmente induzida..... 267

Catia Antonia da Silva

ACESSANDO A HERANÇA DE NOSSOS GRIÔS

SANKOFA: “APRENDER COM O PASSADO PARA CONSTRUIR O FUTURO”

CAPÍTULO XIII

Grave escassez de professores negros de geografia 287

Theodore R. Speigner

CAPÍTULO XIV

Negro de Todo o Mundo 291

Francisco José Tenreiro

CAPÍTULO XV

As exclusões da globalização: pobres e negros 295

Milton Santos

CAPÍTULO XVI

Geografia do desespero 307

Harold M. Rose

CAPÍTULO XVII

Os Pobres Herdarão a Terra: Questões de Qualidade Ambiental e
Desenvolvimento do Terceiro Mundo 329

Akin Mabogunje

CAPÍTULO XVIII

Morfogênese de um gueto negro 351

Donald R. Deskins Jr

CAPÍTULO XIX

Integração de Raça e Etnia em estudos Geográficos de Gênero 375

Rickie Sanders

CAPÍTULO XX

Geografia de Matriz Africana: Contribuições de uma
Trajetória à Ciência Brasileira 381

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

CAPÍTULO XXI

Alguns velhos escritos 445

Vanderli Custodio

PARTE II

NERVURAS DA RAÇA

ABRINDO A CAIXA DE PANDORA

A DIMENSÃO RACIAL NAS BASES EUROPEIAS DA GEOGRAFIA

CAPÍTULO XXII

Raça e Etnia na Antiguidade greco-romana: O caso dos africanos
na *Geografia* de Estrabão (Séc. I Era Comum) 455

Alaide Matias Ribeiro

CAPÍTULO XXIII

O lugar da raça em *Geografia Física*,
de Kant, e nos escritos da década de 1790 481

Robert Bernasconi

CAPÍTULO XXIV

Alexander von Humboldt sobre a escravidão na América 497

Philip Sheldon Foner

CAPÍTULO XXV

“Todos são igualmente destinados à liberdade”: Humboldt
sobre raça e escravidão..... 513

Laura Dassow Walls

CAPÍTULO XXVI

Humboldt na Venezuela e em Cuba: A “Segunda Escravidão” 563

Michael Zeuske

CAPÍTULO XXVII

Reclus, um colonialista? 595

Axel Baudouin

CAPÍTULO XXVIII

Kropotkin e a questão indígena: A Teoria do Apoio Mútuo como
possibilidade de compreensão das sociedades não europeias 621

Amir El Hakim de Paula

CAPÍTULO XXIX

Sobre a genealogia do Lebensraum 637

Christian Abrahamsson

CAPÍTULO XXX

Raça e escravidão em Friedrich Ratzel..... 655

Ian Klink

CAPÍTULO XXXI

Criando espaço genocida: Geógrafos e o discurso
de aniquilação, 1880-1933 701

Sarah Danielsson

CAPÍTULO XXXII

O eterno retorno do demônio de
Karl Ernest Haushofer — Lebensraum 721

Guilherme Magon Whitacker

CAPÍTULO XXXIII

Um conto moral de dois teóricos da localização na Alemanha
de Hitler, Walter Christaller e August Lösch..... 747

Trevor John Barnes

SOBRE AS AUTORAS E AUTORES 769

O fato de ser visto como negro já é suficiente para infernizar o portador desse corpo.

Milton Santos.

Retomando o problema da história do negro no Brasil: quem somos nós, pretos, humanamente? Podemos aceitar que nos estudem como seres primitivos?

Bretriz Nascimento.

A geografia africana existe, acima de tudo, porque existem geógrafos africanos.

Emmanuel Gu-Konu.

Ter raízes é talvez a necessidade mais importante e menos reconhecida da alma humana.

Simone Weil.

Que tipo de histórias deveria contar aos meus dois filhos “americanizados” sobre África?

Valentin-Yves Mudimbe.

*A escravidão é, sem dúvida, o maior de todos os
males que afligiram a humanidade.*
Alexander von Humboldt.

*A geografia separa e estipula a priori universos de loucura e
selvajaria, por oposição aos universos que deveriam representar
e incorporar o juízo, a sabedoria e a civilização.*
Valentin-Yves Mudimbe.

*Um povo não descarta seus gênios, se vier a descartá-los, é nosso dever, como
artistas, acadêmicas e pessoas que dão testemunho ao futuro, recuperá-los
para o bem dos nossos filhos e filhas (...), osso por osso, se for preciso.*
Alice Walker.

*Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo
que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil
desafio aos raros universitários afro-brasileiros”.*
Abdias do Nascimento

O Negro é um Lugar.
Guerreiro Ramos.

AGRADECIMENTOS

Aos autores e autoras que contribuíram com suas ideias e reflexões sem as quais o livro não sairia do plano abstrato.

Ao Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão (NUPE) que tem permitido o diálogo e avanço no debate racial no interior da UNESP. Esse agradecimento se estende aos alunos negros que me abraçaram na chegada à UNESP, colorindo o campus, disputando território e incentivando a construção desse livro, quais sejam: Maristela Saveedra Marques, Maycon Henrique Martins Pereira, Natan Pimentel José, Beatriz Lourenço Lima, Lucia Gabrieli Steves Oliveira, Larissa Beatriz Trigolo da Silva, Vitória D`Paula da Silva, Wesley Ortiz Lima e Antônio Henrique Mendes Ferraz.

Ao Milton Santos, por eletrizar a geografia brasileira e mundial com sua grandeza intelectual. Aproveito para estender os agradecimentos à Nina Santos, sua neta, pela autorização de republicação do texto do Milton que compõe essa obra.

Aos funcionários da *Levi Watkins Leaming Center* (LWLC) da Alabama State University, pela atenção e prestatividade com a disponibilização dos arquivos pessoais da Thelma Glass.

À *Présence Africaine Editions*, pela autorização de tradução e republicação do poema do geógrafo Francisco Tenreiro.

À *Science & Society* pela autorização de tradução e republicação do texto do historiador Philip Sheldon Foner.

À PROPe e PROPG/UNESP, pelo apoio através dos editais n. 03/2024 e 05/2025 que permitiu que este trabalho fosse realizado.

À FAPESP: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) — Processo N. 2025/02387-7.

CAPÍTULO XX

Geografia de Matriz Africana

Contribuições de uma Trajetória à Ciência Brasileira¹

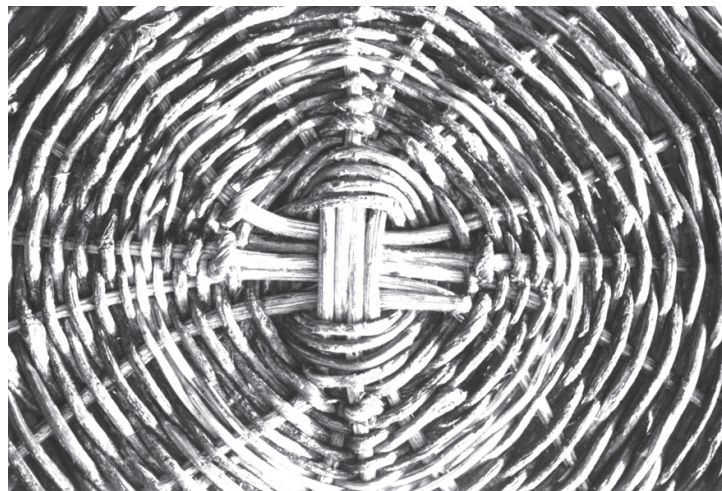
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Geógrafo, formado pelo IG-UFBa, Mestre em Planejamento Urbano pela FAU-UnB, Doutor em Informações Espaciais pela Escola Politécnica da USP (1995) e Pós-Doutoramento em Cartografia Étnica junto ao *AfricaMuseum* em Tervuren Bélgica (2007-2008). É um dos primeiros Professores Titulares afrobrasileiro da Universidade de Brasília (2015). Em 2015 recebeu a honraria *Chevalier de L'Ordre de la Couronne* de sua Majestade o Rei Philippe da Bélgica pelas suas pesquisas da Diáspora África-Brasil. É o fundador do Projeto Geografia Afrobrasileira: Cartografia, Educação Ordenamento do Território (Projeto GEOAFRO). É Guardião do Parque Pedra de Xangô em Salvador-Bahia-Brasil



Figura 1: Detalhe de cesto de cipó. Recôncavo da Bahia, 2002 (Rafael Sanzio).



¹ Este texto é uma reprodução do Memorial de Professor Titular do Geógrafo Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. O texto foi publicado originalmente em: ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Memorial professor titular geografia: cartografia no tempo & no espaço. *Revista Tempo — Técnica — Território*, Brasília, v. 7, n.1, p. 1-76, 2016. DOI: <https://doi.org/10.26512/ciga.v7i1.16677>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/16677>. Acesso em: 15 abr. 2026.

“Ele vai juntando partes importantes de territórios e espaços longínquos que representam o lado negro da alma do povo brasileiro. Importante, esta transposição de imagens que lembra a nossa origem. É como uma colcha de retalhos que se juntam e nos dão a dimensão de quem somos, de onde viemos, qual o nosso papel no mundo e do que somos capazes.

Mãe Stella de Oxóssi, Iya Odé Kayode,
5ª. Iyalorixá do Ilê Axé Opó Afonjá, 2013.

“A nossa riqueza coletiva é constituída por nossa diversidade, o “outro”, indivíduo ou sociedade, é precioso para nós na medida em que é diferente de nós.”

Albert Jacquard, 1983.

Figura 2: Foto anônima comunidade Uruá com o Chefe Calamata sentado.
Baixo Congo. Acervo Tervuren-BE



Nota introdutória

Yàgò!

Com a saudação de licença em *Yorubá*, estou pedindo autorização aos meus ancestrais e antepassados para contar a minha história geográfica-cartográfica a esta banca² ilustre

² A defesa aconteceu em outubro de 2015. Participaram da banca examinadora as geógrafas Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS) e Maria Adélia Aparecida de Souza (USP), o geógrafo José Borzacchiello da Silva (UFC), e o sociólogo presidente da banca Brasilmar Ferreira Nunes (UNB). Para mais detalhes consultar o endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=uL1vKbop8DU>.

que a existência está me possibilitando dialogar. Duas dificuldades me foram configuradas quando tive que parar para construir este Memorial: primeiro, mais um desafio de exercitar a capacidade de síntese para um baiano da Região do Recôncavo que gosta de falar e se estender e, o segundo, na escolha do caminho para esta construção. O que estava colocado era na verdade rever as minhas histórias profissionais que se confundem com as da minha vida no sentido largo (passado, presente e futuro). A Historiografia enquanto possibilidade de estruturação de um trabalho no tempo e no espaço pode ser eficaz se houver atenção para minorar a rigidez cronológica e os cuidados necessários com a concepção linear e restritiva dos eventos e passagens. Tomei esta direção e ao longo do percurso foi possível fazer correlações e ter algumas respostas que sem esta abordagem talvez não chegasse ou chegaria com maior dificuldade.

Penso que pelo meu lado capricorniano e “terra”, sempre vislumbrei uma Geografia que teria que estar comprometida em tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para a sociedade, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para as incompatibilidades e incongruências dos distintos espaços com suas heterogeneidades. São com estas premissas que os instrumentos geográficos vão ocupar um lugar significativo nas minhas práticas, sobretudo a cartografia e a fotografia. A primeira pela ampla capacidade de representação gráfica do mundo real e por se firmarem de forma crescente como a mais relevante ferramenta das interpretações e leituras do território. Os mapas possibilitam revelar graficamente o que acontece na dinâmica do espaço e tornam-se cada vez mais imprescindíveis, por constituírem uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução, a explicação e de pistas para a tomada de decisões. Apesar das potencialidades não perco de vista que um mapa não é o território, mas que nos produtos da cartografia estão as melhores possibilidades de sua representação.

A fotografia como registro documental é outro recurso importante no processo do conhecimento geográfico, sobretudo pelas representações e interpretações do tempo, do espaço, da sociedade, que não se cristalizam e não são estáticas. No registro fotográfico de um ambiente ou de uma matriz cultural, podemos constatar as referências de uma estrutura social, que nos possibilita observar se esta é rica ou pobre, justa ou discriminatória, dentre outras possibilidades de interpretações espaciais. Sejam nos detalhes das matrizes culturais ou nas paisagens geográficas, as fotografias não se restringem a um mero congelamento do momento, mas a uma forma de olhar e sermos olhados. Por isso, entendemos a foto como um instrumento estratégico no processo de conhecimento do que aconteceu e acontece verdadeiramente em um território.

Com estas premissas, elaborei este Memorial estruturado em seis partes que dialogam entre si. A primeira faz um retrospecto de algumas referências da minha infância, adolescência e juventude, pois vão marcar decisivamente o caminho profissional que vou seguir, acreditar e praticar. A segunda parte trata da formação em Geografia

no Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia (UFBA), os projetos, estágios e trabalhos que delinearam um caminho que não teria mais retorno. No terceiro momento são descritos e refletidos os contextos de realização do Mestrado em Planejamento Urbano na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de Brasília (UnB); do vínculo e aberturas junto ao Departamento de Geografia da UnB e a continuidade das pesquisas na sequência no Programa de Pós-Graduação em Informações Espaciais da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI-USP). Ainda nesta parte tratamos da expansão do Projeto *Geografia Afrobrasileira: Educação, Cartografia & Ordenamento do Território* (Projeto GEOAFRO³) no país e fora dele, assim como os seus desdobramentos com publicações, exposições temáticas e programas educativos (oficinas temáticas).

É neste processo que o Projeto de Pós-Doutoramento toma conformação e não sabia eu quais outros caminhos mais longos a pesquisa proposta me levaria. Na quinta parte exponho os desdobramentos das pesquisas e projetos realizados, destacando e cotejando uma abordagem dos seus resultados e produtos com exposições, livros, vídeos, oficinas, artigos, dentre outros procedimentos que agregam o tripé da pesquisa, do ensino e da extensão, sempre buscando dialogar com a sociedade civil e os setores e instituições de decisão. Na última parte realizo prospecções e avaliações do momento atual expondo, ainda, a operacionalização dos estudos e projetos que tenho desenvolvido. Com esta estruturação sintética busco reconstituir os elementos fundamentais do meu processo de vida profissional, assumindo, assim, o risco de ter deixado de tratar de um ou outro aspecto também relevante dessa trajetória. Tem um mestre chileno chamado Doro Ortiz, que morou muitos anos em Brasília e, certa vez, ao encontrar com ele, mencionou as respectivas palavras: “o erro não é um erro, mas uma oportunidade para descoberta e o acerto”. Fiquei um tempo pensando, sem entender plenamente e, num momento, compreendi e percebi que o olhar direto, de frente para o erro é onde está o acerto. O erro perdeu força! Bem, erreí muito na minha trajetória e eles me ajudaram a acertar também, muitas vezes!

Axé!



3 Detalhes deste projeto podem ser consultado no link: <https://www.portalprojetogeoafro.com/>.

PARTE I

Alguns antecedentes estruturais da vida e as referências espaciais: a região do Recôncavo Baiano e a cidade de Salvador

No sentido de dar maior sistematização nas referências e eventos marcantes da minha trajetória geográfica e suas significações, estruturei o texto em itens marcantes no tempo-espço, sempre que possível, associados a diagramas, imagens fotográficas e cartográficas. Nesta Parte I destacamos seis elementos que consideramos essenciais à narrativa. Vamos a eles.

O primeiro é relativo às minhas origens ancestrais. Apesar de ter nascido (1958) em Santo Antônio de Jesus, Região do Recôncavo da Bahia, o meu pai, Jose Tibúrcio dos Anjos, me levava todo ano a Salvador para acompanhamento de um problema de vista que eu tinha. Com isso, foi possível conviver mais com meu avô paterno, Jacinto Manoel dos Anjos, que era Mestre de Ofício da Escola Técnica da Bahia e fazia parte da Diretoria da Sociedade Protetora dos Desvalidos (sede no Terreiro de Jesus, Centro de Salvador). Ele me levava para a Sociedade com ele (era o único neto disponível) e eu via as suas reuniões; as solicitações das pessoas de matriz africana excluídas e suas necessidades; os móveis de jacarandá e vinhático; as situações emergenciais que eles tinham que resolver. Essas passagens foram ficando gravadas em minha memória. Tais vivências semeou em mim algo maior que identifico no trabalho que realizei na minha prática profissional, nas referências ideológicas adotadas, e nos caminhos da vida. A Figura 3 detalha com um mosaico de fotografias os membros da Diretoria da qual meu avô participava. Eu olhava para ela naquele período observando-a atentamente na parede do corredor da sua casa, que se localizava no bairro de Santo Antônio Além do Carmo, no Centro de Salvador. Aqui está um dos braços das raízes ancestrais que seguram a minha árvore!

Figura 4: Mapa das referências e movimentos na década de 1960.



Era ela (minha avó) que nos levava (eu e mais quatro irmãos) nas férias escolares para ficar na sua casa alguns dias, em companhia das minhas tias Layde, Morena e

Malu. Três experiências ficaram marcadas em mim durante esse período: a) Ver e ajudar ela a fazer os bombons e pirulitos no fogão de lenha para serem vendidos pelos baleiros no dia seguinte (ficou viúva cedo e esta era a sua fonte de renda) me deu uma dimensão da sobrevivência, isto é, do conhecimento ancestral firmado e do comércio informal (herança colonial); b) As suas histórias do Reino de Aruanda de noite no escuro do quarto junto com meus irmãos, me levavam a um mundo imaginário que me dava pertencimento na história contada; c) Ela cozinhava em tachos de cobre e almoçávamos juntos em volta do tacho comendo de mão. A matriz Yorubá é marcante nessas referências e a Figura 5 do Sr. Chico com sua esposa Vicência (prima da minha mãe, Tiêta) confirma estas referências (pano da Costa no ombro da Senhora). Estas vivências de infância me fazem ter uma ligação com Feira de Santana até hoje! Sempre que viajo de carro de Brasília para Salvador, paro lá, vejo minhas tias, vou na feira, faço compras, revejo espaços e uma parte minha se “alimenta” de algo que não sei claramente, mas que continua sendo importante.

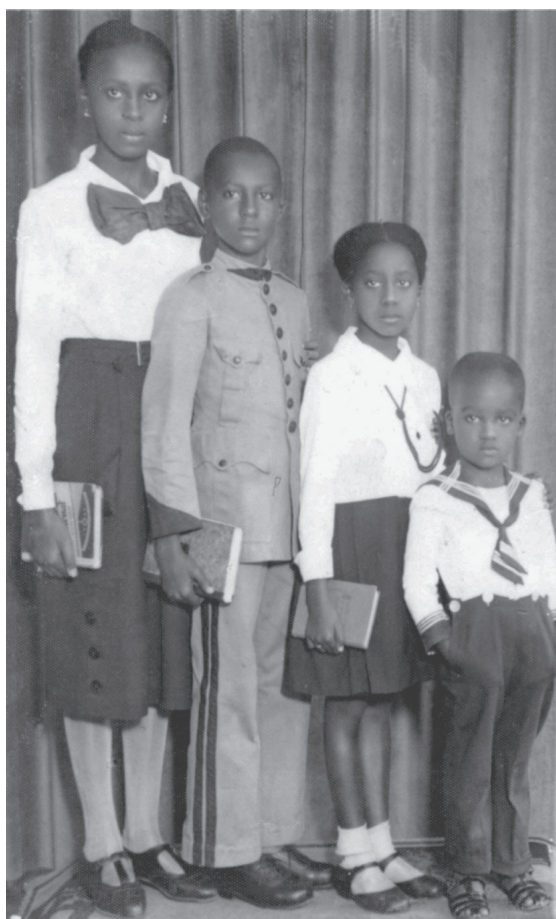
Figura 5: Sr. Chico, sua Esposa Vicência, sua mãe e o filho Fernando, em Salvador, Bahia, nos anos de 1930 do Século XX



Fonte: Acervo Família Dos Anjos.

Outro contexto marcante, agora destacando um terceiro elemento, vem da linhagem de professoras (todas as tias maternas eram professoras) e da parte de pai o meu avô Jacinto, com os filhos formados e referências de bons estudantes (ver a Figura 6, onde o meu pai, José Tibúrcio dos Anjos, é o segundo da “escada”). As cobranças nos estudos por parte de meus pais se constituíam em uma certa ordem familiar, onde ouvi muitas vezes: “estudo é tudo!”. De certa maneira, o “exigente” que convive comigo e atua com meus filhos, com as mulheres que me relacionei e conheci, com a minha equipe de trabalho, é o reflexo da influência dessas heranças e referências. Entendo, assim, que era, entre outras coisas, uma herança do sistema escravista que ia sendo passada do Brasil Colonial ao Brasil República que dizia que sem estudo e sem ofício (uma profissão) não se era ninguém!

Figura 6: Os irmãos por ordem de tamanho — Irene, José Tibúrcio, Nildes Corbiniana e Antônio (filhos de Jacinto Manuel dos Anjos e Clemência Silva dos Anjos) em Salvador, Bahia.



Fonte: Acervo Família Dos Anjos.

Outro ponto desta parte se refere a uma escolha que minha mãe fez dentre os cinco filhos (eu sou o terceiro, portanto o do “meio”) para lhe acompanhar nas suas buscas com suas amigas por peças antigas e coloniais na Região do Recôncavo. Estas (painéis de ferro, bancos de jacarandá, consoles, cristaleiras, tacho de cobre, arca, dentre outras) posteriormente eram restauradas para uso na decoração das suas casas. Fui o filho escolhido para ir com ela nas pequenas viagens e nessas andanças estive em ambientes diversos adquirindo conhecimentos de mobiliário até então desconhecidos. Fui em várias fazendas do sistema escravista e com a sua estrutura espacial colonial ainda mantida (casa grande, senzalas, área de plantio etc.) e ouvia as histórias das peças (o tipo da madeira, o artesão que fez, o estilo etc.).

Estas experiências permitiram-me acessar conhecimentos e saberes da arquitetura, da tecnologia e do mobiliário colonial que era conduzido — operacionalizado pelos povos africanos e seus descendentes. Ao longo dos estudos do Projeto GEOAFRO vou compreendendo, notadamente, o quanto essas referências e “conhecimentos guardados” me eram preciosos para integrar numa *Geografia de Matrizes Africanas* que não estava nos compêndios e nem no sistema de ensino oficial e muito menos no processo de planejamento e intervenção no território, assim como na academia. Essas matrizes vividas e experienciadas em diferentes espaços e tempos serão consolidadas ao longo do curso de Geografia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre o fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, e, sobretudo, nos estudos do Projeto GEOAFRO, em meados da década dos anos 1980. A seguir outros pontos e figuras que merecem registro.

Figura 7: Vista aérea panorâmica do Centro de Salvador



Fonte: Acervo Bahiatursa, 1985.

O meu 2º Grau foi um curso técnico em “Desenho” realizado na cidade de Salva-

dor no Colégio Central (colégio público de referência na Capital). As disciplinas de Desenho Topográfico e Arquitetônico me encantaram e, naquele instante, sabia que eu resolveria um destino! A escolha pela Geografia vem nesse movimento da Cartografia que passei a aprender nesse Curso Técnico. O meu Tio Antônio, engenheiro civil, irmão de meu pai, foi fundamental nesse processo, pois nas conversas objetivas que tínhamos, pude adquirir e desenvolver conhecimentos técnicos e arquitetônicos.

Em 1978 ingressei na UFBA e, quase imediatamente, fui convidado pelos colegas mais antigos a ir para o 3º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), realizado em Fortaleza, Ceará, de 19 a 27 de julho de 1978. Sabia que algo importante estava se discutindo naquele evento, mas não tinha dimensão do que se tratava. No ano seguinte, fui para o 1º Encontro Nacional de Estudantes de Geografia (ENEG), realizado em Goiânia de 18 a 22 de dezembro de 1979. Esses dois eventos foram estruturais para o entendimento da importância da AGB e de uma “Geografia” que não era a ensinada somente na universidade. Nesses caminhos e experiências inquietantes surge o TG (Grupo de Trabalho em Geografia) formado por alguns colegas com os mesmos questionamentos, sobretudo referente à “Geografia Invisível da cidade de Salvador” que nos aparecia de forma bem visível, mas não aceita.

Figura 8: Vista aérea da área de Alagados na Cidade Baixa em Salvador



Fonte: Acervo Bahiatursa, 1980.

Figura 9: Mapa de referências dos movimentos de Rafael Sanzio Araújo dos Anjos na década de 1970



PARTE II

Os anos 1980: a formação básica na UFBA, os trabalhos, projetos e a opção pela academia

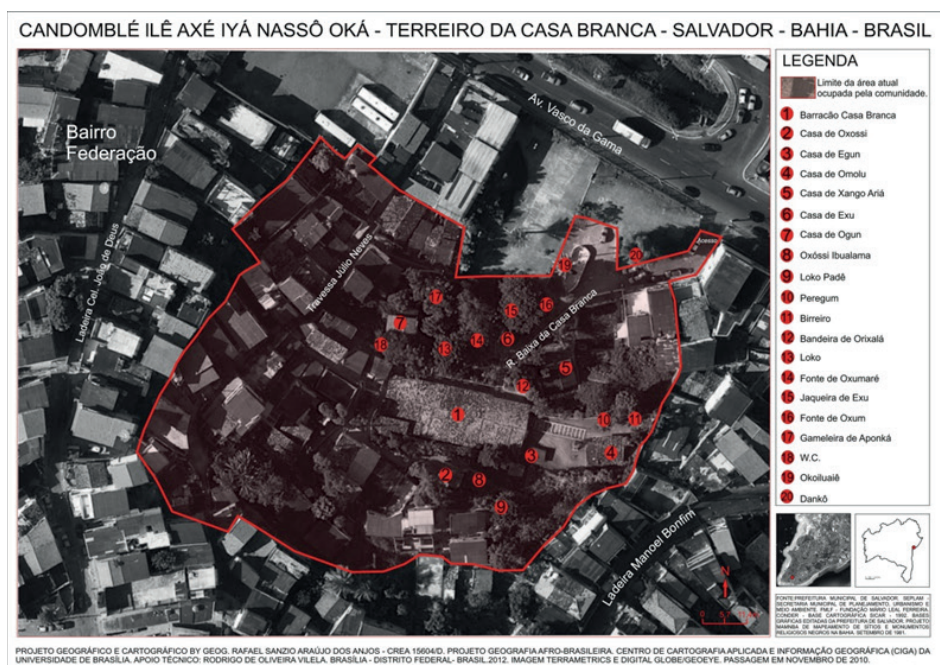
Como na Parte I, a seguir estão as referências e os eventos significativos da minha trajetória geográfica e suas significações no tempo-espaço. Nesta Parte II destacaremos cinco pilares essenciais neste segundo momento da minha trajetória.

As Figuras 1 e 2 da Parte I retratam de forma esquemática os movimentos em torno do Curso de Geografia realizado no Instituto de Geociências da UFBA, entre os anos de 1978 e 1982, onde alguns aspectos já foram tratados no item anterior, mas outros também relevantes merecem referência. Por exemplo: Os estágios técnicos na Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), organismo do planejamento da Região Metropolitana de Salvador, onde participei da montagem do Sistema de Informações Geográficas-Cartográficas Metropolitana usando fotografias aéreas coloridas para geração das informações necessárias para os mapas temáticos. Essa experiência e atuação ampliou a intensidade do meu olhar relativo à segregação socioespacial e, especialmente, da “Salvador Africana” que não tinha tido ainda a dimensão da sua dimensão geográfica.

O outro estágio marcante é na Prefeitura de Salvador, através da participação no Projeto de Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia (MAM-NBA), onde fui designado para realizar a cartografia propriamente dita dos dados sistematizados e o cadastro de alguns sítios que posteriormente redundariam em áreas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como o Terreiro da Casa Branca e o Parque de São Bartolomeu (Subúrbio de Salvador). Na Figura 10, é possível observar uma cartografia moderna do terreiro da Casa Branca na avenida Vasco da Gama em Salvador.

O Trabalho Final na cidade de Barreiras (mapeamento dos tipos de usos urbanos) e a constatação do potencial de mudança com a chegada da agroindústria (soja) foi um marco nas evidências de estudos geográficos aplicáveis. Sem utilizar produtos de Sensoriamento Remoto, mas apenas trabalho de campo, a cartografia do território urbano utilizado foi o principal produto do estudo. Logo após a formatura (Bacharel em Geografia) sou contatado para realizar a Consultoria Técnica da elaboração do Mapa Termoeletrico da Bahia a ser elaborado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA).

Figura 10: Candomblé Ilê Axé Iyá Nassô Oká — Terreiro Casa Branca, Salvador, Bahia, Brasil.



Destaca-se, também, o convite para assumir um cargo de Geógrafo em Projeto do CNDU com recursos do Banco Mundial em Juazeiro — Bahia (projeto Especial Cidades de Porte Médio) provoca a minha mudança da cidade de Salvador. Este trabalho me trouxe maturidade profissional na medida em que tive de coordenar equipes de campo e sistematizar a base informacional de amplo uso na Prefeitura de Juazeiro. Esta experiência foi ampliada com as aulas que passei a ministrar no Curso Noturno de Formação de Professores de Petrolina. Descobri uma vocação que não tinha experimentado ainda: a de ser professor de Geografia. Junto com a satisfação veio a contestação também da necessidade de estudar mais! Solicitei férias e fui a São Paulo para um curso no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em São José dos Campos, bem como realizei uma visita a amigos em Rio Claro, onde me inscrevi num Curso de Especialização em Sensoriamento Remoto. Tinha comigo que seria necessário estudar mais o uso e a aplicação das imagens de satélite para ler-interpretar melhor o território e, portanto, a representação cartográfica estar mais próxima do mundo real. Este era o fio condutor da decisão derradeira, a saber: pedir as contas na Prefeitura de Juazeiro para fazer a Pós-Graduação Lato Sensu na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Esta experiência fortaleceu meu caminho, pois pude aprofundar meus conhecimentos em instrumentação geográfica, bem como investir, mais uma vez, na minha formação, agora com uma pós-graduação.

Figura 11: Referências dos Deslocamentos de Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, na década de 1980.



A Figura 11 mostra na sua primeira parte o retorno para Salvador, com atuação em trabalhos técnicos (Revisão do Plano Diretor do Polo Petroquímico de Camaça-

ri); em educação com aulas no Departamento de Geografia da Universidade Católica de Salvador (UCSal) e junto ao Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA, ministrando uma disciplina com o Geógrafo Jorge Conceição, no Curso de Especialização. Ministrávamos a disciplina “Introdução aos Estudos das Culturas Africanas” em parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador. Essa experiência me conduziu a elaborar um Projeto ligando a África-Brasil-Educação-Geografia-Cartografia. A partir desse projeto faço uma solicitação de apoio ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

No fim dos anos 1980 recebo um convite para montar um Laboratório de Cartografia na Universidade de Brasília pelo colega Neio Campos que estava em Brasília fazendo Mestrado. Resolvi fazer a seleção em Planejamento Urbano (FAU-UnB) e em paralelo implementar o laboratório solicitado pela Professora Ignez Barbosa (Chefe do Departamento). Deu certo o projeto para o Mestrado, assim como o de Professor Visitante, tudo em paralelo com as atividades de Laboratório de Cartografia e Fotointerpretação. Verifiquei uma condição de trabalho e oportunidades que não havia encontrado e, nesse contexto, surgiu um concurso público na área de Cartografia e Fotointerpretação. Resolvi prestar, e a perspectiva temporária que ainda tinha de ficar em Brasília, foi alterada com esta ação, cristalizando-se em um importante marco na minha trajetória.

A seguir narro os episódios e fatos que marcaram meu período de formação na Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), bem como os distintos projetos desenvolvidos.

PARTE III

Os anos de 1990 a 2000: O Mestrado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU), o Doutorado na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (POLI), a expansão do Projeto GEOAFRO, as publicações e o Pós-Doutorado Cartografia Étnica no Musée Royale de L’Afrique Centrale — Tervuren, MRLA, Bélgica.

Na UnB tive que equilibrar as atividades paralelas (disciplinas e pesquisa do Mestrado, aulas das disciplinas instrumentais como Professor Visitante e, ainda, montar o Laboratório de Cartografia planejado). Neste sentido, busquei relacionar o conteúdo e as práticas das disciplinas com a pesquisa em realização da Pós-Graduação (monitoramento do crescimento urbano com recursos de Sensoriamento Remoto). O meu orientador foi o Professor Aldo Paviani, que me trouxe mais conteúdo da Geografia Urbana em especial do Distrito Federal, bem como os relativos às análises dos produtos cartográficos. Um dos avanços foi a constatação que o monitoramento espacial

possibilita a leitura de tendências de crescimento que poderão se consolidar ou não. Trabalhei nesta direção e a Dissertação de Mestrado acabou incorporando a configuração dos Vetores de Expansão da Grande Brasília.

Paralelo a essas atividades, tive o Auxílio solicitado ao CNPQ para o Projeto GEOAFRO (Retratos da África) aprovado e, com isso, consegui recursos para aprofundar e elaborar produtos do estudo. Os resultados culminaram em uma exposição na Biblioteca Central da UnB, e em um artigo de capa da Revista Humanidade Nº 22 (Editora UnB).

Figura 12: Vista aérea panorâmica do centro do plano piloto de Brasília



Fonte: Registro de Helicóptero por Rafael Sanzio, 1992.

Em 1992 faço a seleção e passo para o Doutorado em Informações Espaciais do Departamento de Energia de Transportes da POLI-USP. Algumas experiências relevantes nesse período merecem destaque: a) Ser orientado inicialmente por um Professor Empresário, dono de uma empresa de consultoria técnica, o que me deu uma dimensão dos diálogos necessários entre a academia e o setor privado. Mas a pesquisa tomou força quando o Coorientador, o Professor Jorge Dantas FAU-USP, passou a ser o orientador oficial; b) O Laboratório de Geoprocessamento do Programa de Pós-graduação da POLI-USP recebia sistemáticas demandas, e algumas delas de cunho bem geográfico. Essas demandas foram relevantes, como a solicitação da Prefeita Luiza Erundina para a criação de um Sistema de Informações Automatizado que mostrasse o nível de infraestrutura da periferia de São Paulo, para onde estava direcionada a sua gestão. O período de estadia em São Paulo foi durante os anos de 1992 e 1993. Em 1994, fui para Paris e *Montpellier* para complementação da pesquisa, onde pude integrar o Grupo de Pesquisa do IRD (antiga *Orstom*) e *Maison de la Géographie* (*Montpellier*).

Figura 13: Referências dos movimentos de Rafael Sanzio Araújo dos Anjos na década de 1990.



A tese que modelou a estrutura urbana da grande Brasília para o ano 2000 foi muito bem aceita por vários setores e com várias formas de produtos (jornal, livro, exposição, consultoria técnica etc.). A vivência na França me revelou uma africanidade dos espaços e da sua população que me era desconhecida até então. Os séculos de dominação colonial e imperial evidenciava já um certo “retorno” na grande metrópole francesa e no interior. Esta visão me trouxe uma necessidade de alargar o Projeto GEOAFRO, incorporando uma linha de pesquisa mais consistente na Cartografia da Diáspora Africana no Globo (passado e presente) e outra no mapeamento dos registros dos territórios dos antigos quilombos existentes no Brasil.

A Linha de Pesquisa da Cartografia dos Quilombos Contemporâneos do Brasil resultou numa parceria com a Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura (MinC) no fornecimento de informações e elaboração de mapas temáticos para

subsidiar ações governamentais (reconhecimento e titulação de territórios). Deste processo de trabalho foram organizadas duas publicações: o livro — *Territórios dos Antigos Quilombos do Brasil* (1999) e o material didático — *Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-Aprendizagem* (2000), que fizeram parte de exposições no Salão Negro do Ministério da Justiça e da Câmara dos Deputados em Brasília. Vários artigos e capítulos de livros foram escritos e publicados, tratando de diversos temas do Projeto GEOAFRO.

Em 2005 uma oficina temática para professores organizada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) — MEC foi ministrada em sete capitais do Brasil (Salvador, Maceió, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) e em paralelo com esta atividade foi realizado uma exposição temática nos Conjuntos Culturais da Caixa Econômica Federal. O Ministro Gilberto Gil nos fez um convite para levar a exposição ao Ano do Brasil na França. Realizamos a mostra em outubro de 2005 na Maison du Bresil da Cité Universitaire em Paris. Este alargamento do Projeto GEOAFRO e seus produtos fortaleceram as pesquisas, adquirindo mais respeitabilidade na academia e no setor decisório, assim como junto à mídia.

Figura 14: O Geógrafo Rafael Sanzio com o Ministro Gilberto Gil na abertura da Exposição “Cartografia dos Quilombos Contemporâneos” na Câmara dos Deputados. Brasília, 2003.



Fonte: Acervo Família Dos Anjos.

Figura 15: Registro de dinâmica de trabalho da oficina temática: Quilombos — Heranças Geográficas. Rafael Sanzio, Recife, 2005.



Fonte: Acervo Família Dos Anjos.

O Projeto do Crescimento Urbano de Brasília passa ser denominado “Dinâmica Territorial no Brasil Central” no sentido de alargar a região de pesquisa e os tipos de pesquisa, direcionando-se para uso do território — território usado, nos termos de Milton Santos⁴. Alguns capítulos de livros foram publicados em obras organizadas pelo Professor Aldo Paviani (Coleção Brasília — Editora UnB), assim como a edição e publicação de um material didático (Geografia do Distrito Federal — Cartografia para Educação), assim como exposições temáticas.

Dois Projetos em parceria como CIGA são relevantes neste período que requerem uma grande capacidade organizacional: o Mapeamento do Uso da Terra da Região Sul da Bahia para a Empresa Tecnologia e Consultoria Brasileira (TCBR). Uma equipe de estudantes foi alocada para este trabalho e cumprimos os prazos sem comprometimento das agendas acadêmicas. Outra atividade foi a parceria com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), na elaboração da cartografia do *Atlas bilíngue da Grande Área Kaiapó* (Mato Grosso — Pará). O produto foi elaborado nas línguas tradicionais e português do Brasil, assim como as cartografias produzidas-desenhadas pelos povos da grande área e a oficial. Uma outra parceria importante foi a

4 SANTOS, Milton. “O Retorno do Território”. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. e SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território. Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec-ANPUR, p. 15-20, 1994.

elaboração da pesquisa, do livro e da exposição *Quilombolas — Tradições e Cultura da Resistência*, desenvolvida pela AORI Comunicações com Pesquisa de minha autoria e Fotografias de Andre Cypriano.

Figura 16: Registro da Exposição Brasília: TEMPO — ESPAÇO — Território no Teatro Nacional de Brasília. Rafael Sanzio, 2007.



Fonte: Acervo Família Dos Anjos.

Em 2006 realizei uma visita técnica ao Museu Real da África Central (MRAC), na localidade de Tervuren, na periferia de Bruxelas, atual Africa Museum. O Projeto do Pós-Doutorado foi apresentado ao CNPQ, e em agosto de 2007 fiz a mudança para desenvolver a pesquisa de elaboração do Atlas Afrobrasileiro. Os estudos programados para um ano se estenderam e tiveram o apoio institucional do MRAC por mais alguns meses (final de 2008) e suporte para um trabalho de campo na República Democrática do Congo e em Angola. Os resultados do processo de trabalho foram muito além do programado e pelo menos cinco publicações foram planejadas das pesquisas realizadas no Pós-Doutoramento. Foi publicado a primeira obra em 2009, o livro *Quilombos: Geografia Africana — Cartografia Étnica — Territórios Tradicionais*, em parceria entre o CIGA-UnB, o Mapas Editora & Consultoria e a CESPE-UnB.

O retorno do Pós-Doutoramento ao Departamento de Geografia ocorre em um momento de uma solicitação relevante do Colegiado: me atribuem como o novo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB, com a função de rever o curso de Mestrado e implementar o curso de Doutorado. Paralelo a imple-

mentação do Doutorado, foi criado e equipado o Centro de Documentação Milton Santos, instituído no regimento do PPGGEA-UnB, constituído pelos seguintes componentes: sala de alunos com equipamentos; sala de aula para 25 alunos; acervo das dissertações, teses e monografias de graduação do GEA-UnB; Mapoteca e Acervo de periódicos. Todos esses componentes compartilharam um único espaço e funcionando muito bem! O Curso de Doutorado foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2012. Em 2015 alguns alunos já defendiam as suas teses.

As outras obras programadas e publicadas estão tratadas no item a seguir.

Figura 17: Registro da palestra proferida na embaixada do Brasil em Kinshasa — RDC. Visita técnica do pós-doutoramento, 2008



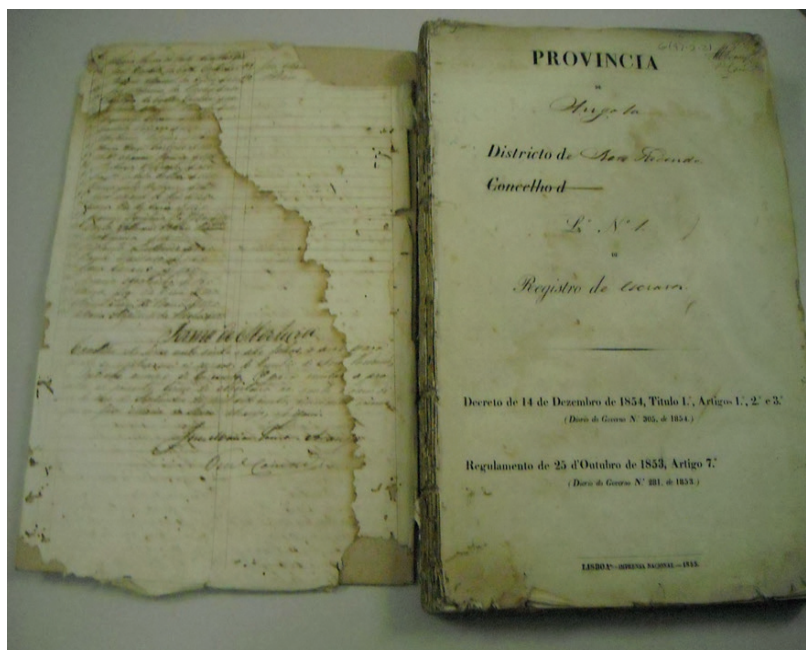
Fonte: Acervo Família Dos Anjos.

Figura 18: Detalhes de cartografia antiga da região da Costa da Guiné.



Fonte: Arquivo Público de Angola. S/D

Figura 19: Detalhes do Livro de Registro de seres humanos africanos escravizados, Século XVIII.



Fonte: Arquivo Público de Angola

Figura 20: Grupo de Trabalhadores Bantus da região de Angola, Século XIX.



Fonte: Coleção Arquivo Histórico de Angola

Figura 21: Detalhe de Cartografia da Costa dos Antigos Reinos de Baza Congo (São Salvador) e Angola (Ngola).



Fonte: Acervo Arquivo Público de Angola. S/D

Figura 22: Grupo de Homens Bantus na Região do Baixo Congo, no Início do Século XX.



Fonte: COLEÇÃO MRAC.

PARTE IV

Os anos 2010: As publicações de Consolidação do Projeto GEOAFRO, o fortalecimento do grupo de pesquisa, do PPGEA e do CIGA-UNB.

Esta década se inicia no movimento das ações dos anos anteriores. Exposições temáticas tendo como base de pesquisa o livro *Quilombos: Geografia Africana — Cartografia Étnica — Territórios Tradicionais* (capa dura e brochura, 2009) são realizadas em Luanda — Angola a convite da Embaixada do Brasil e em Brasília no Museu da República, que contou com o apoio do Setor Cultural da Petrobras. Ambos os eventos alcançaram o público desejado de professores e estudantes dos diferentes níveis de ensino em visitas monitoradas por discentes treinados para os atendimentos.

Em 2011 é publicado o segundo livro oriundo das pesquisas do Pós-Doutorado: *Territorialidade Quilombola: Fotos & Mapas* (português e inglês). O mesmo teve o lançamento e divulgação comprometidos por uma inundação que ocorreu na UnB, onde parte das publicações que tinham sido entregues dias antes ficaram comprometidas. Este fato ambiental mostrou a fragilidade dos espaços do subsolo da UnB, do acervo do Departamento de Geografia e da integridade física dos seus professores e funcionários. Neste desastre o Centro de Documentação Geográfica Milton Santos também foi destruído.

Em 2013 foi publicado o material didático cartográfico *Geopolítica da Diáspora África-América -Brasil: Séculos XVI-XIX*. A segunda edição foi publicada em 2014 junto com mais duas outras obras: o *Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL* e o *Material Didático: O Brasil Africano: Cartografia para Educação* (Mapas Editora & Consultoria, 2014). Com isso, somaram-se cinco publicações oriundas das pesquisas aperfeiçoadas durante o pós-doutoramento.

Figura 23: Abertura da Exposição Brasil Africano em Luanda — Angola, em Novembro de 2009.



Fonte: Acervo Família Dos Anjos.

Figura 24: Visitação de alunos do Ensino Médio na Exposição Brasil Africano em Luanda — Angola.



Fonte: Maria Paula

Figura 25: Visitação de alunos de Ensino Fundamental na Exposição Brasil Africano no Museu Nacional em Brasília, 2010.



Fonte: Acervo Família Dos Anjos.

Figura 26: Visitação de alunos de Ensino Fundamental na Exposição Brasil Africano no Museu Nacional em Brasília, 2010.



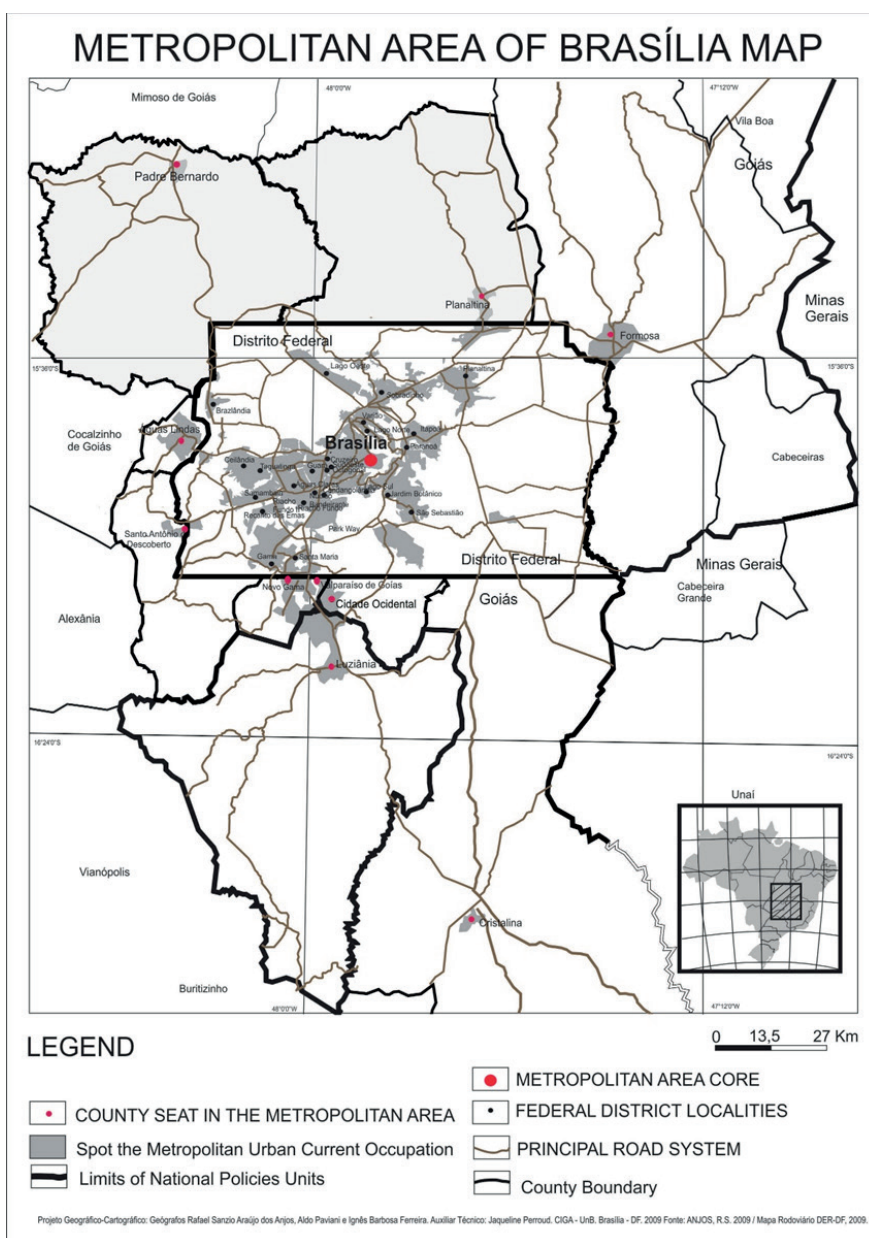
Fonte: Acervo Família Dos Anjos.

PARTE V

As pesquisas básicas, os projetos estruturais, os conceitos e os resultados: um breve balanço.

A dinâmica territorial urbana da Grande Brasília, o ambiente vulnerável e as tendências espaciais.

Figura 27: Mapa da área Metropolitana de Brasília.



A terra, o território e a territorialidade assumem grande importância dentro da temática das mudanças e alterações nos espaços nacional, regional e local. Preconizamos que é possível representar e interpretar graficamente as espacialidades configuradas ao longo do tempo e apontar as suas tendências e restrições físico-ambientais. Cotejamos que a geografia é a ciência da dinâmica do território, e esse componente fundamental num sentido amplo, pois continua sendo o melhor instrumento de observação do que aconteceu, porque apresenta as marcas da historicidade espacial do que está acontecendo, isto é, tem registrado os agentes que atuam na configuração geográfica atual e o que pode acontecer, ou seja, é possível capturar as linhas de forças do movimento espacial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço no futuro próximo.

Por outro lado, as demandas para a compreensão e resolução das complexas questões da dinâmica da sociedade são crescentes e a cartografia constitui um dos instrumentos potenciais para responder e informar com seriedade o que aconteceu, o que está acontecendo e o que pode acontecer com o território. Nesse sentido, as representações do processo de monitoramento do território, os produtos de sensoriamento remoto de última geração (imagens de satélite, principalmente), assim como as modelagens gráficas do território (cartografia de síntese), constituem um conjunto de ferramentas geográficas fundamentais para investigações dessa natureza. Estas possibilitam revelar graficamente o que acontece na dinâmica do espaço, tornam-se cada vez mais imprescindíveis por construírem, sobretudo, uma ponte entre os níveis de observação da realidade e a simplificação, a redução, a explicação e de pistas para a tomada de decisões e soluções dos problemas (Anjos, 1992). Buscamos compreender o espaço urbano numa perspectiva dinâmica, onde tomamos como referência o crescimento da cidade, um dos componentes básicos da urbanização. É um processo espacial com dimensão temporal, onde a compreensão da atualidade integra as mudanças do passado e o potencial de variações para o futuro próximo.

Dessa maneira, entendemos a dinâmica espacial como um conjunto de eventos interconectados e estabelecidos, onde as suas interações refletem a estrutura da realidade. Ainda que a expansão das periferias urbanas seja, num nível geral, uma característica comum à maioria das cidades brasileiras, e que possa ser explicada ela não forma um todo homogêneo. Neste sentido, o processo de expansão que se opera e a configuração espacial resultante da mancha urbana assumem características locais, com especificidades próprias, e que tornam o seu entendimento uma tarefa mais complexa. Entretanto, tomamos como premissa que os problemas enfrentados pelas cidades têm solução, que existem alternativas para o desenvolvimento e a qualidade de vida, que é, assim, possível direcionar o crescimento urbano e que, ainda, os instrumentos de investigação e dispositivos para controlar tendências não-desejadas existem.

Em função das várias interpretações que os termos crescimento urbano, monitoramento territorial e estrutura espacial suscitam, consideramos fundamental expressar o nosso entendimento. Inicialmente, é importante frisar que entendemos a

expansão física da cidade como um dos componentes básicos da urbanização, como um espaço social e humano. Temos levado em consideração, também, que o modelo rodoviário urbano é um dos fatores básicos do crescimento dispersivo e da pulverização da cidade. Assim sendo, adotamos sistematicamente o crescimento da cidade na dimensão horizontal do seu espaço como um processo que é percebido espacialmente, dinâmico, que tem extensão territorial e que resulta em configurações. Utilizamos também, sobretudo na documentação cartográfica, as expressões *superfície urbana* e *mancha urbana* para traduzir a área urbanizada no território. Uma mancha é entendida como uma porção delimitada do território que difere do ambiente que a circunda (Anjos, 2008).

Tomamos como premissa que o desenvolvimento de um monitoramento espacial permite rever a história de determinados fatos geográficos, possibilitando a reinterpretação de processos ocorridos, fornecendo elementos para percepção do que acontece na atualidade, assim como propicia a verificação das suas tendências espaciais. É relevante lembrar que um processo de monitoração espacial permite caracterizar as duas dimensões essenciais da informação geográfica, ou seja, o *lugar* onde ela se localiza e o *momento* em que se realiza. Sendo os mapas uma representação gráfica seletiva do mundo real com mensagens cartográficas qualitativas e/ou quantitativas, os registros das variações no tempo e no espaço de determinadas entidades continuam sendo um dos segmentos de maior relevância e atraentes nas discussões de Cartografia Temática. A complexidade conceitual presente nesse segmento da ciência cartográfica, em função das suas múltiplas abordagens, tem nas representações dinâmicas uma das suas preocupações fundamentais. Isso porque os entes espaciais com seus respectivos atributos mudam de posição, assim como ocorrem também mudanças das suas fisionomias no território, e estas são questões de representação gráfica ainda em discussão e em aperfeiçoamento.

Figura 28: Processo de Registro dos Vetores de Crescimento Urbano no Território

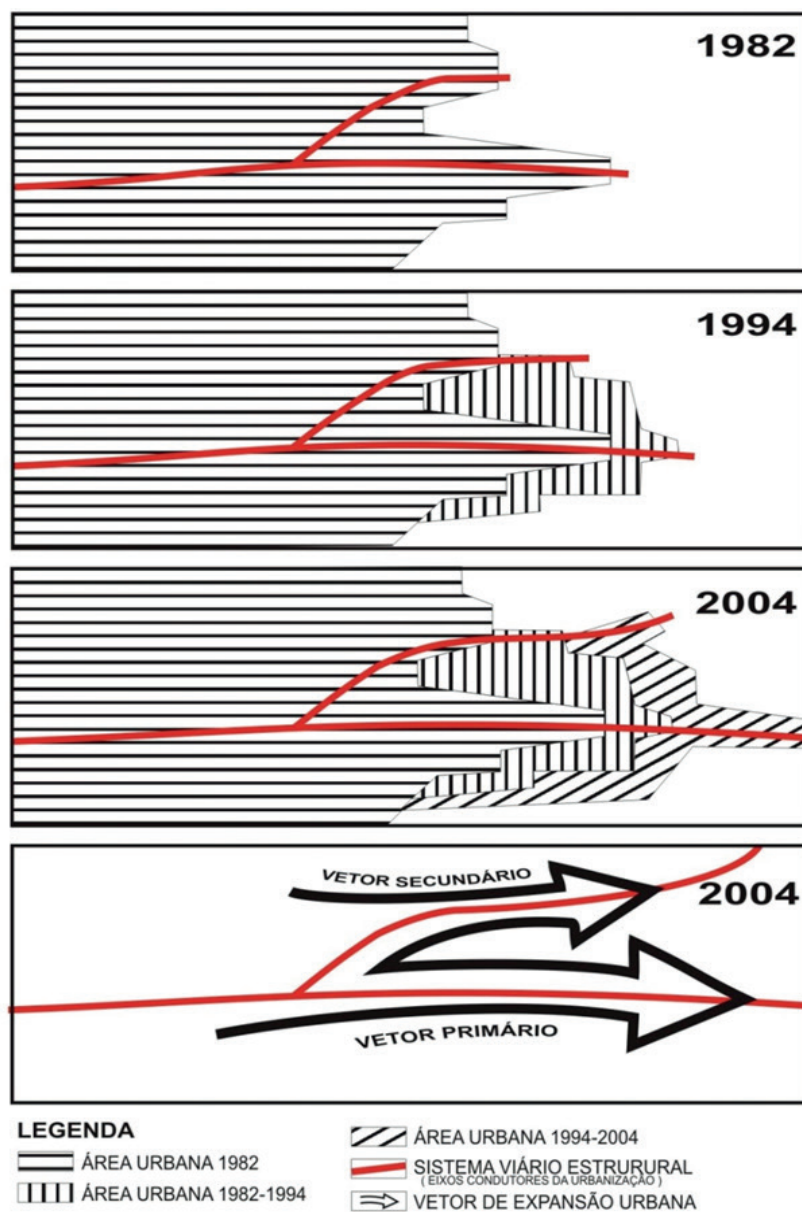


Figura 29: Estrutura do Monitoramento do Crescimento Urbano do Distrito Federal do Brasil — 1964, 1977, 1990, 2000, 2014.

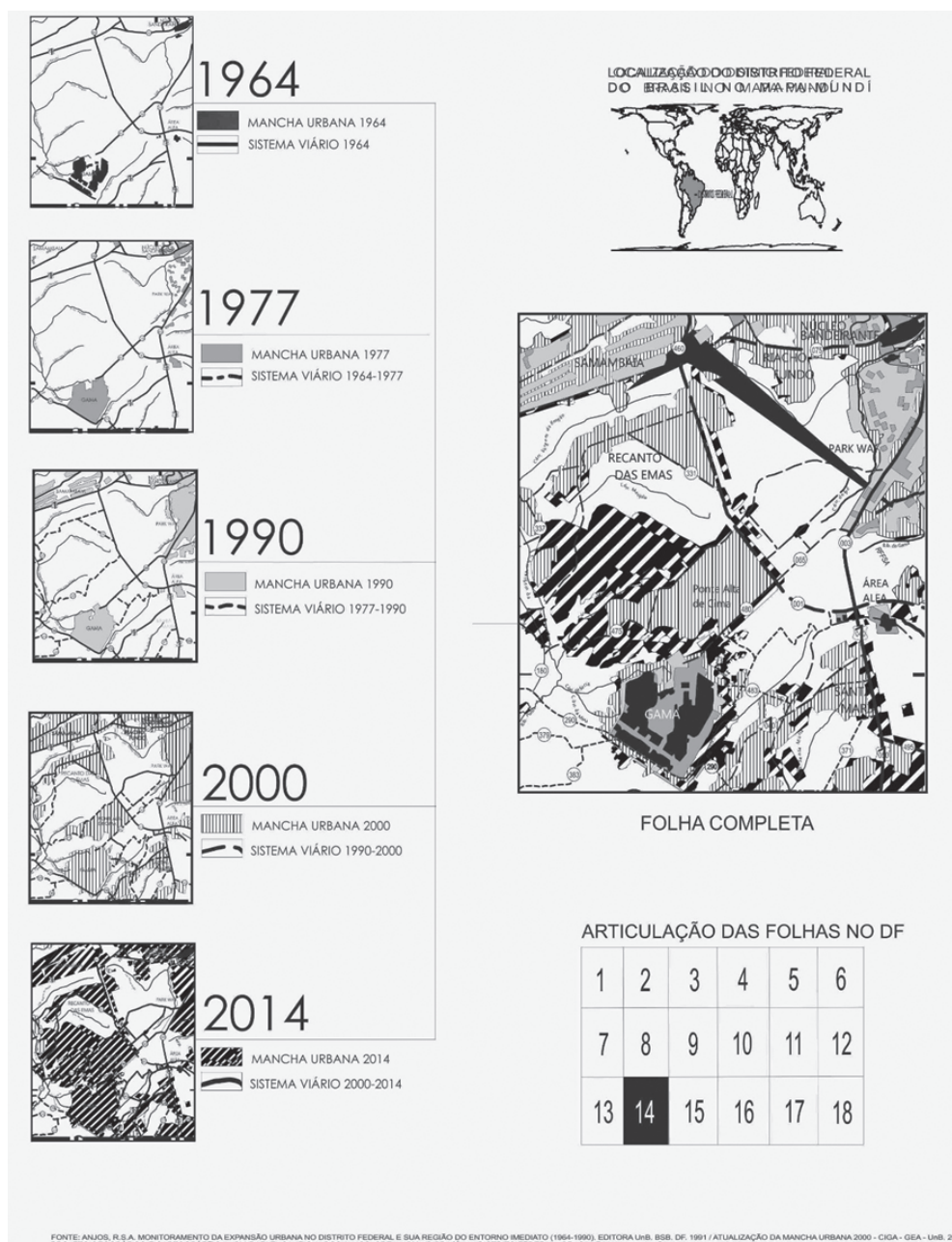
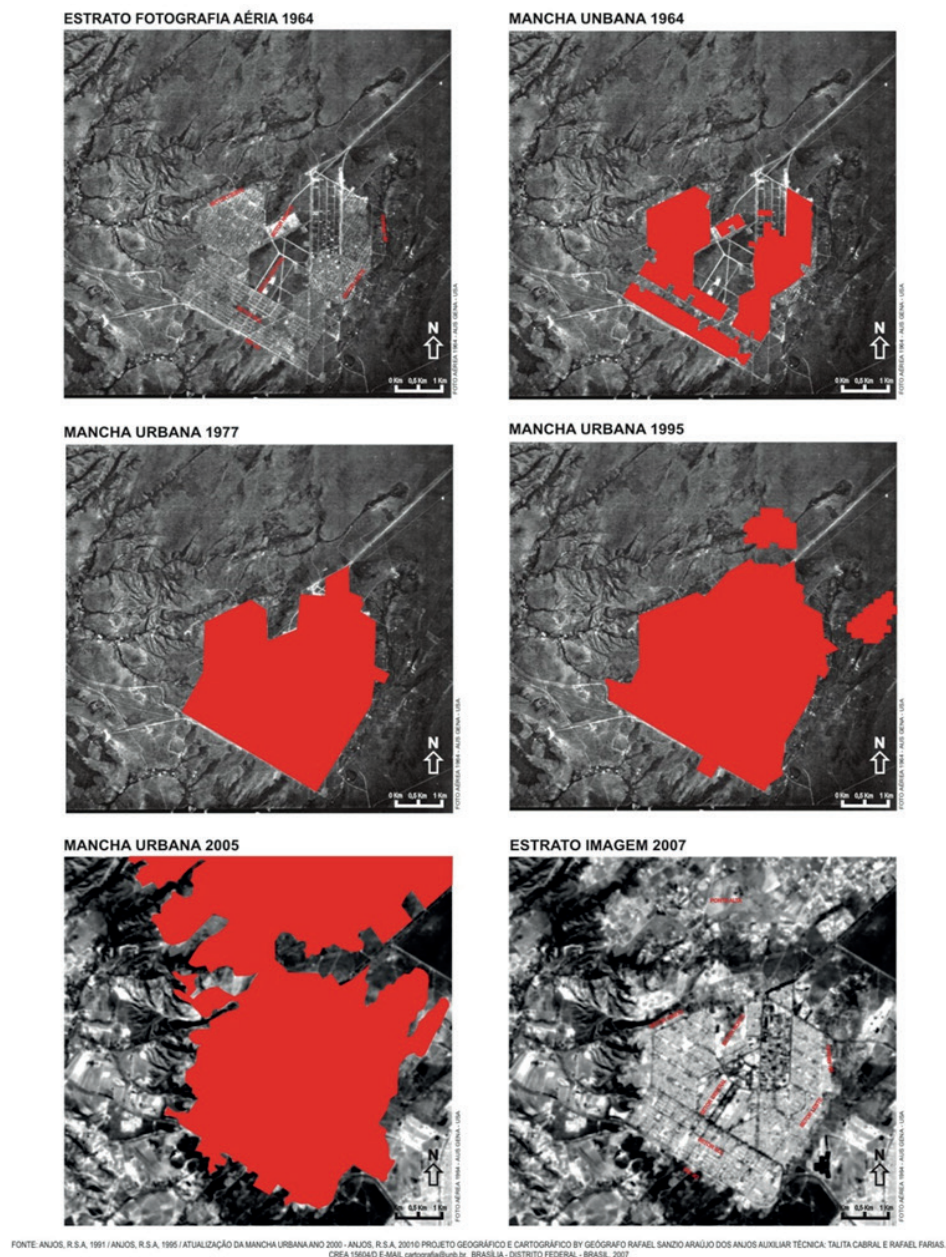


Figura 30: Formação da Base Informacional do Monitoramento da Expansão Urbana no Território:
O exemplo da localidade do Gama, no Distrito Federal (1964-2007)



As soluções mais usuais adotadas para os mapas dinâmicos podem ser caracterizadas a partir de dois princípios básicos: primeiro, tratando a informação espacial num contexto evolutivo (séries temporais ou intervalos de tempo, por exemplo),

constituído por um processo que resulta em vários mapas temáticos mostrando as mudanças operantes nas suas aparências; a outra maneira para resolver as representações cartográficas dinâmicas é ser apresentado em um único mapa as mudanças operadas (posição e fisionomia) em uma entidade espacial classificada. Adotamos o primeiro procedimento, dentre as soluções mais utilizadas, para mapas com representações dinâmicas. O desenvolvimento de um monitoramento territorial é uma das principais abordagens para as representações dinâmicas, isto porque a historicidade espacial possibilita uma leitura eficaz dos movimentos ocorridos e as suas direções (Anjos, 1991).

Ao tratarmos da sistematização do processo de evolução do espaço urbano como uma possibilidade de representar simplificada aspectos da dinâmica no território, estamos admitindo a existência de uma situação urbana possível de ser tratada neste processo de captura da realidade. O processo de monitoramento do crescimento urbano do Distrito Federal (DF), nosso espaço de interpretação e representação, são apresentados na sequência com alguns outros produtos espaciais derivados do processo de trabalho, tais como áreas restritivas para urbanização, espaços impermeabilizados e vetores de expansão urbana.

Figura 31: Dinâmica dos vetores secundários operantes no conjunto urbano atual do Distrito Federal.

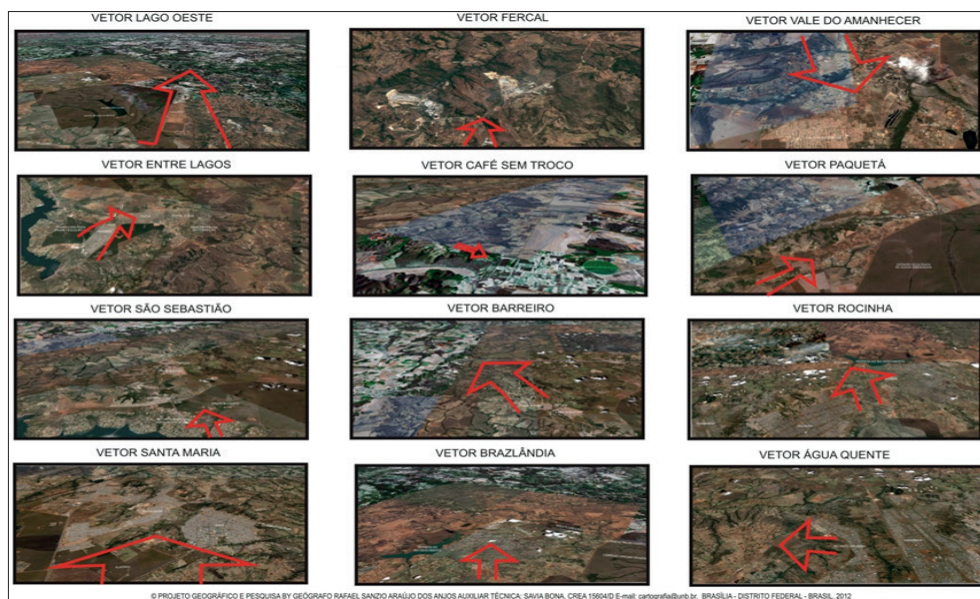
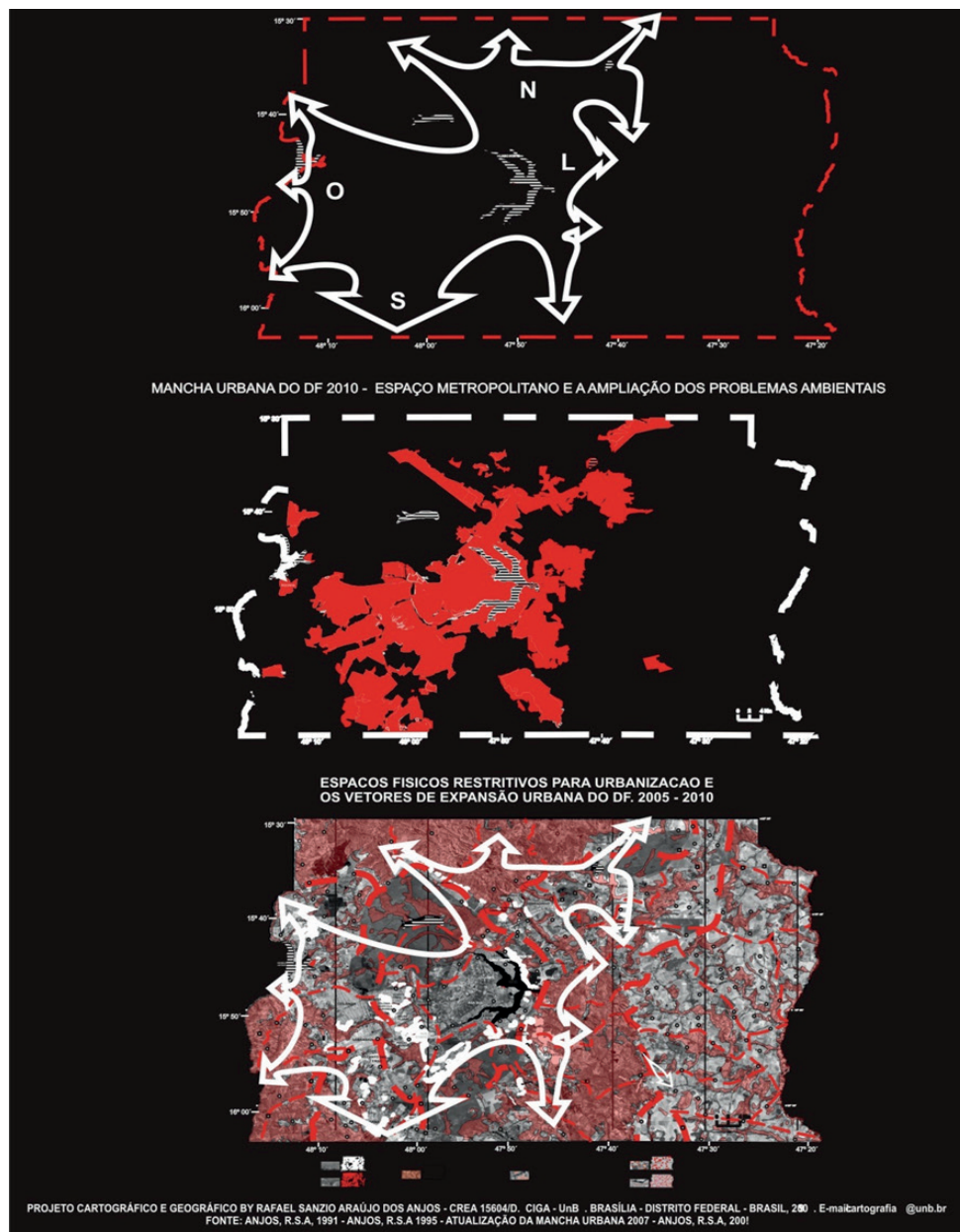


Figura 32: Direções dominantes nos vetores de expansão urbana (2005-2010), mancha urbana e espaços físicos restritivos no Distrito Federal.



Constata-se uma tendência à estabilização do crescimento urbano horizontal do DF, seja nos registros espaciais, como nos dados quantitativos. Podemos dizer, em outras palavras, que a velocidade da expansão do conjunto urbano de Brasília deve continuar num ritmo mais lento que os verificados anteriormente. Com esta perspec-

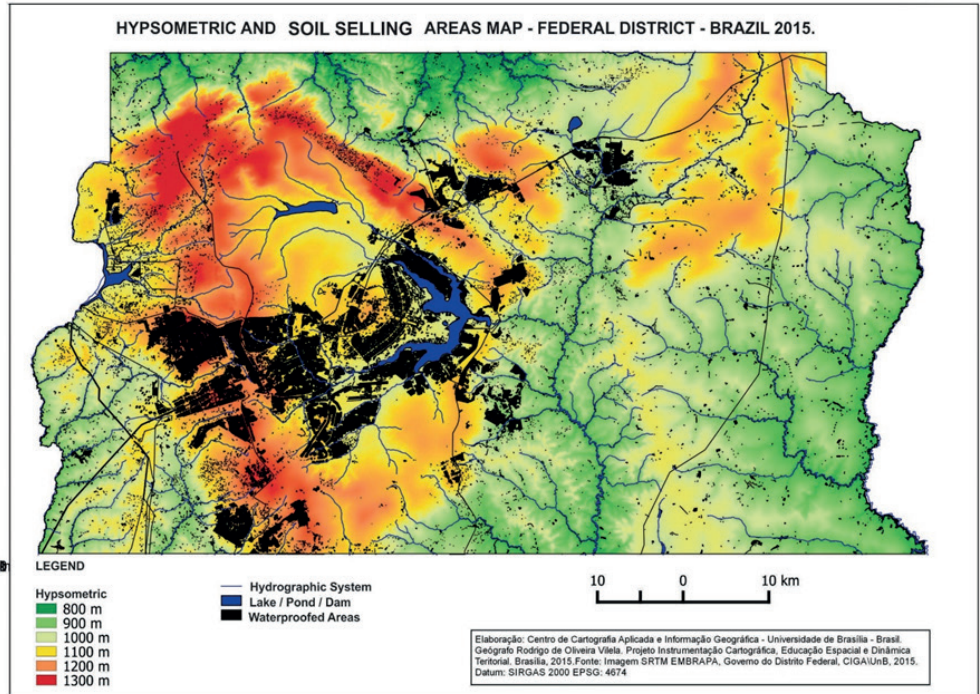
tiva se configura uma nova territorialidade para o Distrito Federal urbano, onde se fará necessário a criação de uma estrutura ampla de planejamento e gestão, que não implique no enfraquecimento do papel do setor decisório, mas lhe atribua feições diferentes, como uma atuação mais descentralizada, mais representativa e mais atuante. O entendimento holístico para a criação das alternativas de ocupação territorial, que reoriente as tendências atuais não desejadas a fim de não comprometer mais desenvolvimento e a qualidade de vida da população, passa, nesse momento, por uma retomada das reflexões sobre os novos elementos espaciais atuantes na trama urbana desse território, partindo de pressupostos realistas, tanto do ponto de vista do processo de produção do conjunto urbano, com suas especificidades, quanto dos seus próprios limites. A falta de um permanente processo de avaliação pelo setor decisório sobre o crescimento do conjunto urbano de Brasília é uma lacuna histórica a ser corrigida para uma gestão com melhor apreensão da dinâmica espacial. Neste sentido, o fluxo de informação entre as Estatais, tendo um centro de planejamento territorial com a identificação mais nítida das suas competências e cumprindo o papel de gerenciador dos fluxos de dados, é uma lacuna institucional estrutural no espaço do DF e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

Figura 33: Vista panorâmica da região de Taguatinga, Águas Claras e Vicente Pires revelando a diversidade de tipologia e densidade espacial

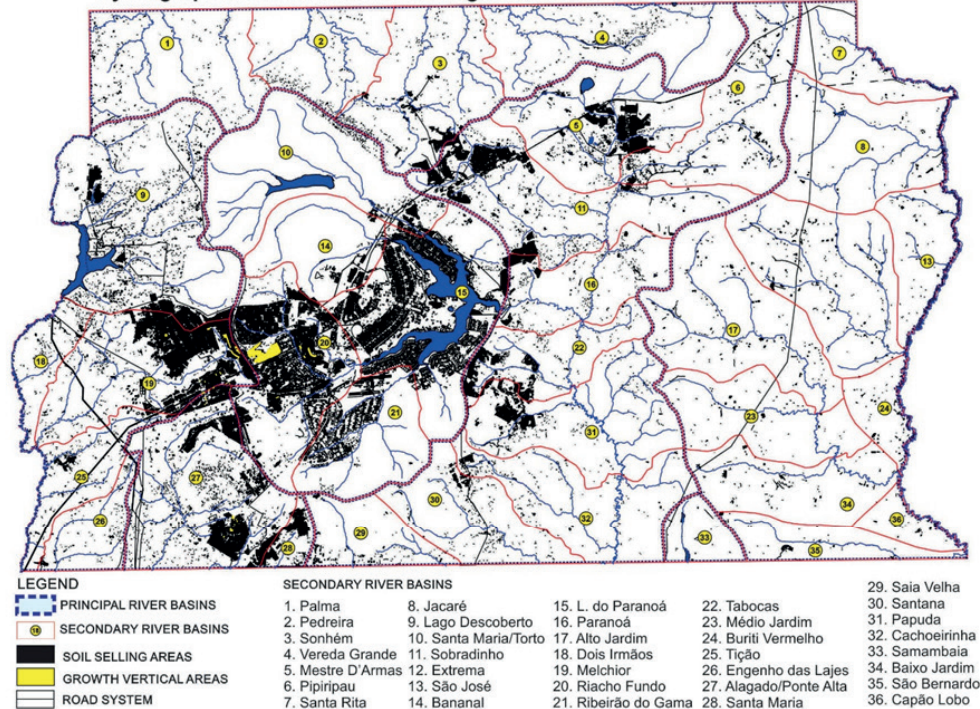


Fonte: Guilgermino Rocha, 2012.

Figura 34: Hipsometria de áreas de venda de solos e Bacias hidrográficas no Distrito Federal.

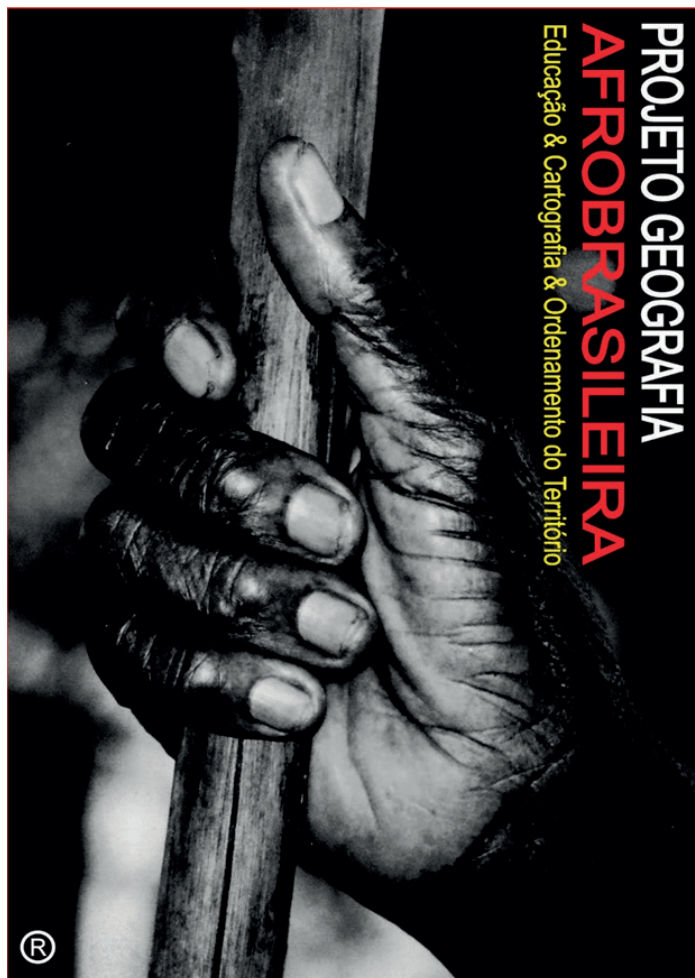


Hydrographic Basins and Soil selling areas in the Federal District - 2014.



O projeto GEOAFRO, a geografia de estado e a desorganização das ações para o território brasileiro

Figura 35: Projeto Geografia Afrobrasileira



Fonte: <https://www.portalprojetogeoafro.com/>

Inicialmente, é importante lembrar que as demandas para compreensão das complexidades da dinâmica da nossa sociedade são grandes e existem poucas disciplinas tão bem colocadas como a Geografia e a Cartografia para auxiliar na representação e interpretação das inúmeras indagações desse momento histórico. A Geografia, sem desprezar os seus outros elementos fundamentais, pode ser sintetizada como a ciência do território e este componente fundamental, a terra, o terreiro num sentido amplo, continua sendo o melhor instrumento de observação do que aconteceu, porque apresenta as marcas da historicidade espacial; do que está acontecendo, isto é, tem

registrado os agentes que atuam na configuração geográfica atual e o que pode acontecer, ou seja, é possível capturar as linhas de forças da dinâmica territorial e apontar as possibilidades da estrutura do espaço no futuro próximo. O território é na sua essência um fato físico, político, social, categorizável, possível de dimensionamento, onde geralmente o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e identitárias da população (Anjos, 2009).

Tento não perder de vista que a Geografia é a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para a sociedade, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para uma melhor organização do espaço. Por isso ela é uma disciplina fundamental na formação da cidadania do povo brasileiro, que apresenta uma heterogeneidade singular na sua composição étnica, socioeconômica e na distribuição espacial. Se olharmos a realidade da educação geográfica básica da população do Brasil, onde a alfabetização cartográfica deveria acontecer e fortalecer decisivamente a nossa cidadania, constatamos que a maioria do nosso povo não sabe ler-entender um mapa, ferramenta fundamental para a “cultura de espaço”, e esta falha básica da nossa cidadania tem trazido danos seculares na apropriação eficaz das referências territoriais nas distintas escalas de percepção espacial. Num país continental de mentalidade ainda colonial onde o conceito de ter terra significa poder, a precariedade da educação geográfica-cartográfica tem sido uma estratégia geopolítica eficaz para a manutenção da “Geografia da exclusão e da ignorância espacial”.

A maneira como olhamos, representamos e situamos a África na Geografia praticada é um exemplo desta precariedade. Este é o continente mais importante no suporte e na manutenção da estruturação do mundo nos últimos cinco séculos, particularmente na formação do Novo Mundo, a América e no enriquecimento e fortalecimento da Europa moderna. O Brasil, por sua vez, mesmo se fazendo desconhecer, apresenta uma posição particular neste contexto global por ser a unidade política contemporânea que registra na sua historiografia as maiores estatísticas de importação forçada de distintos contingentes populacionais africanos ao longo dos séculos XVI ao XIX. Por isso, o Brasil continental, plurirracial, multicultural e com uma historicidade em processo de reconstrução e uma diversidade étnica-cultural com conflitos, tem ainda o desafio de assumir decisivamente a nação multiétnica resultante desses séculos de “convivência com ruídos” com a África.

Estes são pontos estruturais que preconizam a busca de equilíbrio social e territorial e, sobretudo, um tratamento ético e de alteração do paradigma político. Neste sentido, não se esgotaram ainda as interpretações dos deslocamentos das suas populações nos primórdios das suas formações e os resultados destes processos no espaço geográfico, ou seja, a busca de um melhor entendimento e representação das dinâmicas da diáspora (do passado e no presente), e uma melhor configuração das identidades territorializadas resistentes-sobreviventes, mesmo com as ações contrárias de

invisibilidade pelo setor decisório. A *Geografia de Matriz Africana* que tratamos nestes anos de estudo continua sendo fruto de uma inquietação de um “Brasil invisível” secularmente, ou seja, povos e territórios que existiram e se mantêm sobreviventes, mas de uma maneira marginal, não oficial na sua plenitude. Esta “Geografia da exclusão” justificada é o que questionamos e propomos outras leituras e representações do espaço geográfico, onde a complexidade conflitante da África existente-resistente no Brasil seja considerada devidamente.

As estatísticas apontam o Brasil como a segunda maior nação do planeta com população de ascendência na África, e é com relação a esse povo que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica ao longo dos séculos XX e XXI. Nos piores lugares da sociedade e do território, com algumas exceções, estão as populações afrobrasileiras. Não é possível mais esconder que temos diferenças sociais, econômicas, territoriais seculares e estruturais, para as quais os “remédios” ainda estão chegando e os assuntos são empurrados para um outro dia, para a próxima semana, no mês que vem, no próximo ano, que nunca chega. E os séculos estão passando! A manutenção do quadro de desinformação da população brasileira no que se refere ao continente africano continua sendo um entrave estrutural para uma perspectiva real de democracia racial no país. Não podemos perder de vista que, entre os principais obstáculos criados pelo sistema, a inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira, está a inferiorização desta no ensino, bem como a não aplicação da educação geográfica-cartográfica afrobrasileira, que é um dos pilares fundamentais da nossa formação que, todavia, precisa de outra perspectiva no processo educacional, que reconheça a potencialidade da cultura afrobrasileira e africana. Outro ponto estrutural, ainda dirigido ao setor decisório da gestão da informação geográfica oficial do país, se refere à criação das condições necessárias para a realização de um censo demográfico mais realista e que retrate melhor a diversidade étnica brasileira e, conseqüentemente, a verificação dos estereótipos sobreviventes e resistentes. Este tema é complexo, porque significa mudar os métodos de aferição e, por conseguinte, a possibilidade de registro oficial de um “Brasil Africano” até então “invisível”.

Figura 36: Meninas senegalesas na Disney World em Paris.



Fonte: Anjos, R.S.A., 2007.

Figura 37: Matéria “Tinga, racismo e a colonialidade do poder” por Negro Belchior



Fonte: <https://www.geledes.org.br/tinga-racismo-e-a-colonialidade-do-poder-por-douglas-belchior/>. Acesso em: 17 abr. 2026.

Não podemos perder de vista que a questão demográfica do “Brasil africano” continua sem uma resposta e representação adequada, isto porque os critérios de aferição racial oficiais levam à subestimação do número real de cidadãos de matriz afrobrasileira que integram o país. No primeiro censo realizado em 1872, a “cor da pele” definia lugares na sociedade colonial-imperial, nas quais o grupo étnico e a condição social estavam indissociavelmente ligados. Esta herança colonialista sofreu pequenos ajustes ao longo do século XX, mas se mantém na essência. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) continua agrupando os indivíduos em brancos, pretos, amarelos e pardos, considerando brancos, pretos ou amarelos os que assim se declararem e os “outros” ficam classificados como pardos. Recentemente, esta instituição inseriu o grupo dos “índios”. O gráfico da evolução das populações preta e parda do Censo realizado em 1940 até o mais recente (2010) mostra algumas constatações relevantes: a) A timidez do crescimento da população preta, secularmente associada a um contingente escravizado e inferior revela como o racismo e a mentalidade colonial persistem na sociedade brasileira e; b) O crescimento espetacular dos pardos ao longo de todas as décadas computadas. É um fenômeno! Por que será? Esta é uma importante questão que não é devidamente refletida pelo nosso povo e tem passado despercebida ao longo de algumas décadas, ou seja, a “pardarização” da população brasileira. Lembramos que associado ao “pardo” está a indefinição da sua identidade, do seu lugar na sociedade, da sua referência ancestral, em síntese, da sua territorialidade. Nos lembra o ditado popular: “de noite todos os gatos são pardos”. São milhares de homens, mulheres, crianças e idosos que sentem internamente que não existe, ainda, um lugar definido na estrutura social do país e o processo de “embranquecer” é uma forma de estar inserido, participando e ser “visto” na sociedade. Este “engano” psicológico, pelos dados oficiais, é ascendente, constatação que revela uma fragilidade e indefinição de identidade no Brasil contemporâneo.

Ainda sobre a Geografia Oficial do país, se olharmos atentamente a história da nossa Geografia de Estado, existe uma constatação básica de que a mesma quase sempre esteve a serviço das instituições oficiais e de poder, ou seja, a sua evolução está marcada por uma série de ações de suporte ao Brasil Colônia, Império e República. Preconizamos que o espaço e a sociedade que vivemos atualmente (no sentido largo) é o resultado do que aconteceu no passado (não muito longínquo), portanto, viver sem conhecer os processos que aconteceram é estar e caminhar num “território de risco”. O país se constituiu com dimensões continentais, mas a mentalidade dominante ainda é a colonial onde, por exemplo, o conceito de ter terra significa ainda poder e a precariedade da educação geográfica-cartográfica tem sido uma estratégia geopolítica eficaz para a manutenção da “Geografia da invisibilidade e da ignorância espacial”.

Figura 38: Gráfico de Monitoramento do Crescimento da população recenseada como preta e como parda pelo IBGE, Brasil (1940-2010)



Fonte: Anjos, R.S.A. *Atlas Geográfico: ÁFRICABRASIL*. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014

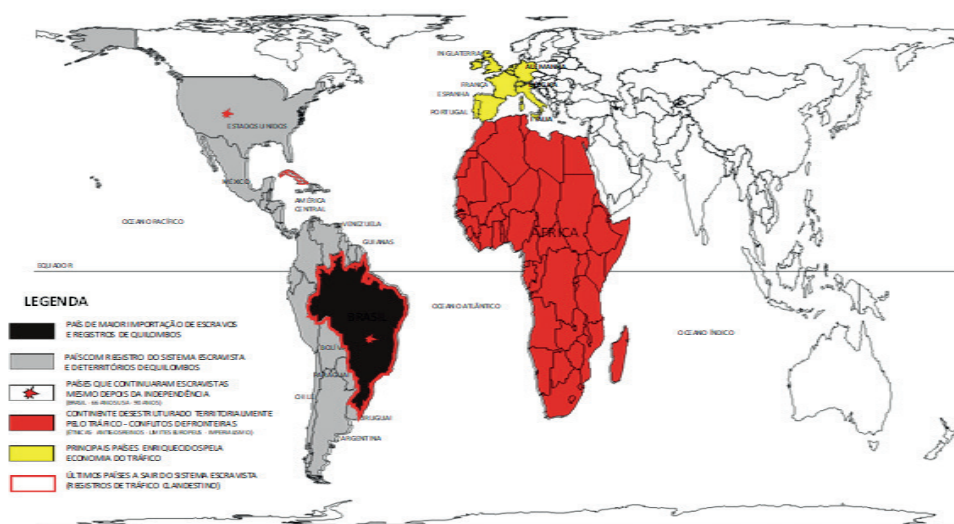
Figura 39: Carte de la Terre Ferm du Perou du Bresil et du Pays des Amazones, 1703.



Fonte: Acervo do Arquivo Nacional de Angola — Código: FZ MAP 376.

A Geografia de Estado do Brasil vai se desenvolver sobre este contexto secular de dominação e exploração dos territórios e dos povos subjugados e inferiorizados (matrizes “indígenas” e africanas). O Brasil Colonial foi quem mais importou forçosamente seres humanos africanos de distintas matrizes étnicas e o último a sair do sistema escravista, resolvido institucionalmente com a assinatura da Lei Áurea (1888), devido às pressões internacionais e num contexto interno de tensão entre segmentos com interesses distintos da sociedade dominante e com desdobramentos marcantes na sociedade e no território brasileiro. Esse fato mostra por que o Brasil vai se manter com um pensamento social predominantemente racista até os dias atuais, ou seja, saiu do período escravocrata “sem querer”, havendo, portanto, uma resistência não resolvida secularmente que ainda se configura de forma predominante na sociedade e no território contemporâneo.

Figura 40: A África, a América, a Europa e o sistema escravista.

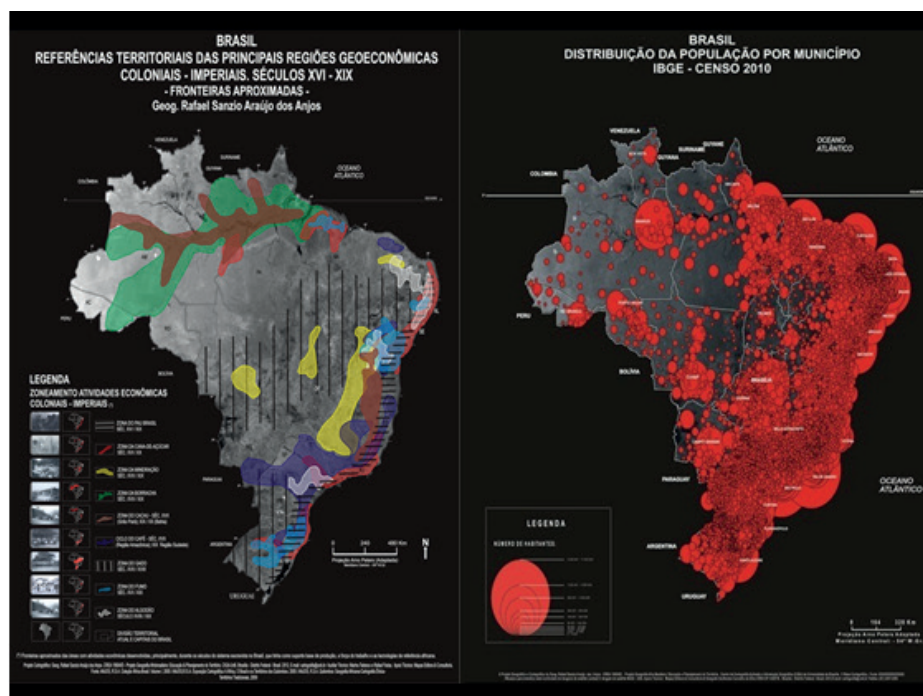


Fonte: Anjos, R.S.A. *Geopolítica da Diáspora África-América-Brasil. Séculos XV-XVI-XIX: Cartografia para Educação*. Mapas Editora & Consultoria. 2ª. Edição, 2014.

Ao observarmos as regiões de produção colonial — imperial e a distribuição demográfica atual do Brasil (Censo 2010-IBGE), a constatação espacial mais evidente é que o “espalhamento” da nossa população se processa ainda nos mesmos espaços coloniais, ou seja, os outros territórios continuam sob o controle ou a serem controlados pelos seguimentos dominantes e o setor decisório (o Estado) não consegue alterar esta Geografia Colonial ainda persistente. Esta realidade geográfica evidencia o quanto (conscientes ou inconscientes) trabalhamos para a manutenção de uma estrutura espacial conservadora cujas formas de espalhamento dos usos do território se dão de forma conflitante nas suas fronteiras e nos grupos socioeconômicos envolvidos

e com lugares bem demarcados no sistema vigente, mesmo com as contradições na fragmentação do espaço.

Figura 41: Referências Territoriais das principais regiões geoeconômicas (séculos XVI- XIX), e a distribuição da população por município (IBGE, Censo 2010)

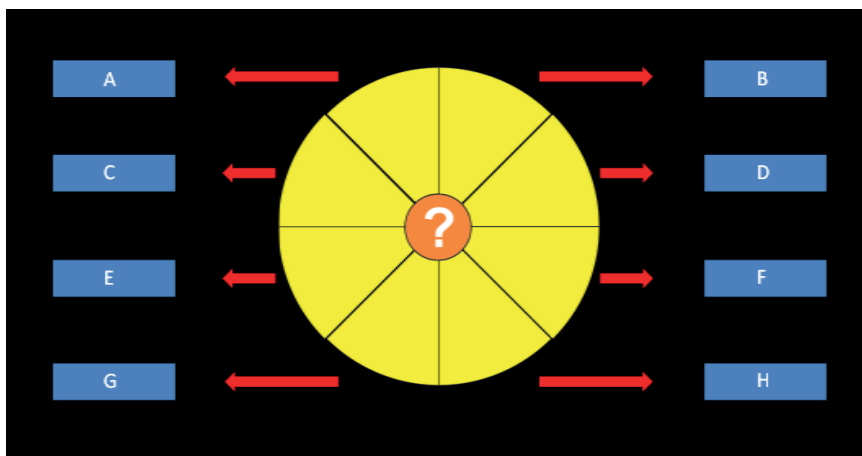


Fonte: Anjos, R.S.A. *Quilombos: geografia africana — cartografia étnica — territórios tradicionais*. Mapas Editora & Consultoria, 2009 \ Anjos, R.S.A. *Atlas geográfico: AFRICABRASIL*, Mapas Editora & Consultoria, 2014.

A forma como o Estado brasileiro contemporâneo tem conduzido a política cartográfica e geográfica no país revela uma fragmentação institucional e das ações, constituindo um modelo de governança que fortalece os conflitos operacionais e de atribuições, causando um dano irreparável na gestão eficaz sobre o território nacional de proporções continentais. A Figura 42 representa graficamente este processo fragmentário na estrutura governamental. O círculo amarelo representa a forma corriqueira como são tratadas as demandas governamentais com rebatimento geográfico-cartográfico, ou seja, uma configuração de parcelamento, portanto dividido entre vários órgãos, cada um com uma parcela do problema (retângulos azuis). Verificamos que esta configuração vem fortalecendo a dispersão da gestão, cuja questão básica nesse processo fragmentário é quem se responsabiliza pela demanda central (círculo central em laranja com a interrogação). Se observarmos o lócus principal deste modelo governamental na esfera federal, o espaço da concentração de ministérios

e do setor decisório do país, verificaremos a complexidade do fluxo de ações governamentais para demandas territoriais do tipo “cama de gato”, ou seja, pouco foco no direcionamento da solução e a evidente dispersão no processo de gestão institucional.

Figura 42: Modelo dispersivo da gestão de demandas estruturais e territoriais-cartográficas no Brasil.



Elaboração: Anjos, R.S.A., CIGA — UnB, Brasília, 2014.

Figura 43: Esplanada dos Ministérios em Brasília e o fluxo das ações institucionais tipo “cama de gato”.



Elaboração: Anjos, R.S.A., CIGA — UnB, Brasília, 2014
 Fonte imagem satélite: Google Earth, extrato junho-2014.

Dois exemplos com evidências desta forma de gestão governamental são possíveis de avaliar, conforme os dados que apresentamos a seguir. O primeiro é referente à forma como a Cartografia Oficial está sendo gerida atualmente no país continental, pulverizada entre quatro ministérios, com orçamento e prioridades de ações distintas, são eles: Ministério da Defesa, operacionalizado pela Diretoria de Serviço Geográfico (DSG); Ministério do Planejamento, conduzido pelo IBGE; Ministério da Integração Regional, com a atuação do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) (sul da Bahia); Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sude-ne) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com ações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (pontualmente em São Paulo). Se observarmos o índice das cartas sistemáticas 1:100.000 (escala básica do processo de planejamento, onde 1 centímetro no mapa corresponde a 1 quilômetro no mundo real) do Brasil, representado na Figura 44 (mapa-índice), verificamos essa “colcha de retalhos” que se configura na cartografia brasileira, fato que revela a grande quantidade de espaços ainda sem mapeamentos nesta escala básica que é fundamental para iniciar qualquer processo de conhecimento e ações sobre o território, assim como um quadro quase que generalizado de desatualização da produção cartográfica existente (a maioria dos mapeamentos foram realizados nas décadas de 1970 e 1980).

O outro exemplo da ineficácia na gestão das demandas territoriais pelo setor decisório dentro da Geografia, que caracterizamos como “Invisível ou não Oficial” no Brasil, reflete o esquecimento proposital das comunidades e dos territórios descendentes de antigos quilombos, sítio geográfico estratégico onde se agrupavam, principalmente, povos de referência africana, mas, também, índios e europeus excluídos da sociedade, que se rebelavam contra o sistema escravista da época, formando comunidades livres, autossustentáveis e com forte organização territorial, constitui uma das questões emergenciais e estruturais da sociedade brasileira atual.

Mesmo passados mais de 127 anos da sanção da Lei Áurea pelo regime imperial, a história e o sistema oficial brasileiro ainda continuam associando a população de matriz africana a uma imagem de “escravizados” e aos quilombos sempre como algo do passado, como se esses não fizessem mais parte da vida contemporânea do país.

As ações do setor decisório, se mostram conflitantes e contraditórias. Apesar das disposições constitucionais (1988) e da obrigatoriedade de alguns organismos governamentais para tratarem e resolverem demandas das questões dos quilombos contemporâneos, é possível constatar, de uma forma quase que estrutural, que a situação tem apresentado um tratamento caracterizado por ações episódicas e fragmentárias (Modelo “Cama de Gato”), fato que compromete o direcionamento de uma política definida para o equacionamento dos seus problemas fundamentais, ou seja, o seu reconhecimento dentro do sistema social brasileiro e a demarcação e titulação dos territórios ocupados.

Essa problemática tem como “pano de fundo” a falta de prioridade política e heranças preconceituosas ainda sobreviventes no pensamento social dominante do Brasil atual. Poderíamos complementar um pouco mais essa constatação apontando a continuidade da falta de comprometimento para a formação de uma base informacional unificada, assim como uma cartografia oficial e as disputas e os conflitos institucionais por espaço para a condução dessa questão, como fatores que dificultam decisivamente as resoluções do seu problema central: a posse efetiva da terra, ou seja, a definição oficial da fronteira afrobrasileira. A terra assegurada, que significa ainda na mentalidade colonialista do setor decisório poder, se configura como o principal elemento de negociação e conflito na resolução dessa pendência secular.

A história da Geografia de Estado no Brasil revela um gráfico com barras bem expressivas da sua importância no período Colonial e Imperial, mas com evidente decréscimo ao longo do século XX e uma situação de adormecimento constatada nestas duas décadas do século XXI. Esta constatação se revela sobretudo na banalização dos conceitos geográficos e cartográficos no universo acadêmico (território, mapa, escala, mapeamento, espaço, cartografia, paisagem, região, dentre outras usadas aleatoriamente por várias áreas do conhecimento) e na sociedade civil (todo celular tem Sistema de Posicionamento Global (GPS), mapas variados, imagens de satélite multiescalar, dentre outras referências geográficas-cartográficas de fácil acesso e sem contextualização). Este período de inseguranças pode ser assumido mais devidamente pela Geografia e pela Cartografia e serem enfrentadas nas brechas e oportunidades da atualidade. As possibilidades para o futuro próximo que significariam sinalizarmos com ações para alterar a tendência do gráfico não promissor dependerão da construção coletiva da comunidade geográfica-cartográfica.

Figura 44: Estrutura Regional e Atribuição Institucional da Cartografia Oficial

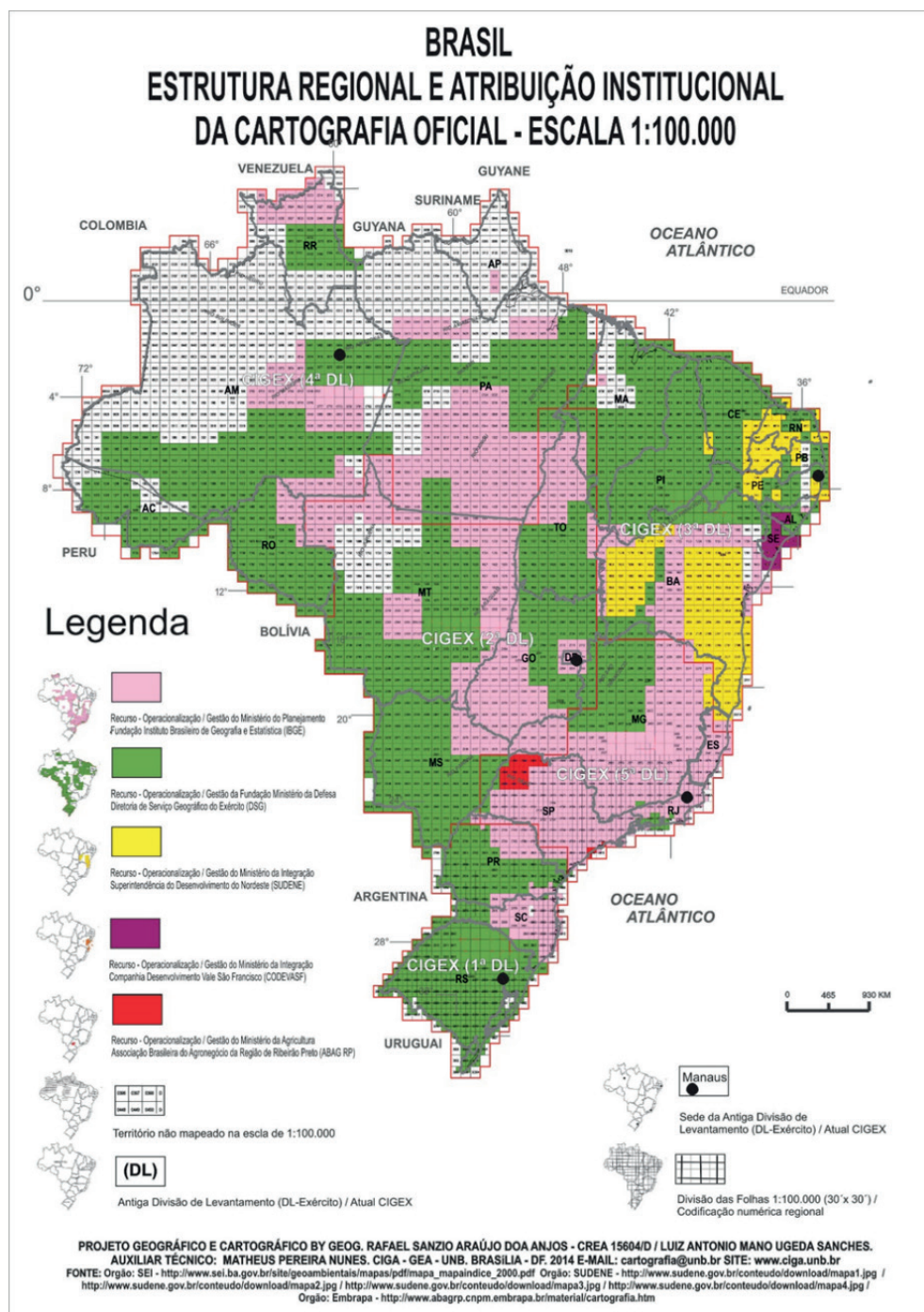


Figura 45: Quantificação dos registros municipais dos territórios quilombolas no Brasil por unidade da federação cadastrados no Projeto GEOAFRO, 2013.



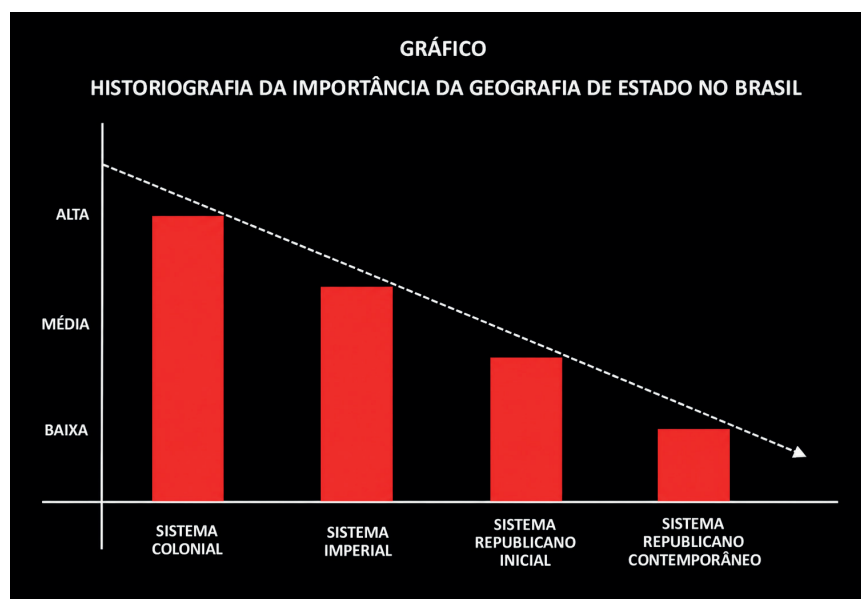
Fonte: Anjos, R.S.A. *Atlas geográfico: AFRICABRASIL*, Mapas Editora & Consultoria, 2014
Foto: Rodrigo Vilela e Rafael Farias, 2006.

Figura 46: Comunidade Quilombola Mesquita



Fonte: Anjos, R.S.A., 2009

Figura 47: Historiografia da importância da Geografia de Estado no Brasil.



Elaboração: Anjos, R.S.A., CIGA — UnB, Brasília.

Figura 48: Esplanada dos Ministérios em Brasília e o Fluxo das Ações Institucionais tipo “Radial-Direcional”.



Fonte: imagem satélite: Google Earth, extrato junho-2014.
Elaboração: ANJOS, R.S.A., CIGA — UnB, Brasília, 2014.

O modelo dispersivo para resolução das demandas territoriais no país, sobretudo as históricas, evidencia a resistência na manutenção dos valores e referências do “Brasil Colonial”. A Figura 48 mostra uma modelagem gráfica de uma possibilidade de fluxo e refluxo da gestão das demandas territoriais, contexto que pode trazer mais “foco”, responsabilização e eficácia na resolução dos problemas geográficos e, consequentemente, uma possibilidade de recuperação da relevância e da representatividade da Geografia no Estado.

PARTE VI

O agora 2015: as pesquisas e os projetos em operacionalização

A Figura da *Estrutura das Referências* correspondente à Parte VI trata do momento atual e a sua configuração espacial mostra um conjunto amplo de atividades ligadas a um núcleo central com dois módulos integrados. O processo de trabalho e pesquisas envolvendo os Projetos GEAFRO e Dinâmica Territorial do Brasil Central associados aos usos das ferramentas da cartografia e da fotografia possibilitaram extensões e novas abordagens para as temáticas geográficas contemporâneas conhecidas e outras que foram incorporadas. Os programas de pesquisa conhecidos como o Monitoramento do Crescimento Urbano do DF estão com uma atualização concluída em 2015, ou seja, temos a história urbana do conjunto urbano de Brasília dos anos 1950 do século XX até o presente momento. Esta atualização permite também inferir com maior propriedade os vetores de expansão operantes no território. Outro seguimento é a verificação com mais precisão dos espaços impermeabilizados (áreas que não permitem a infiltração da água) na mancha urbana. Esta cartografia é relevante para auxiliar na diminuição dos problemas de enchentes em pontos recorrentes e diferenciados no conjunto urbano de Brasília. O programa da Cartografia da Diáspora está com uma pesquisa avançada da rede de cidades da Diáspora Africana no Globo. Ainda do Projeto GEOAFRO duas publicações estão no prelo: *Geografia Afrobrasileira: referências para Educação* e *Cartografia da Diáspora: Fotos & Mapas* (planejamento nos suportes analógico e digital para 2016).

As orientações e pesquisas junto à Graduação, ao Mestrado e ao Doutorado estão bem desenvolvidas com estudos complementares e de aprofundamento. Destaco a Tese de Doutorado do Luiz Sanches (2014) sobre *Geodireito*, que traz elementos muito relevantes para o estudo sobre o Brasil desorganizado institucionalmente (visível e invisível). Neste trabalho verificamos como ao longo do Brasil Colônia, Império e República a Geografia de Estado assumiu papéis e importâncias distintas, fatos que nos possibilitam entender e apontar questões estruturais da Geografia oficial do país, que praticamente deixou de existir.

A elaboração do Mapa das Redes de Vias com Concessões de Uso no Brasil (ABCR) é outra atividade que destacamos. Esta parceria junto ao CIGA para elaboração de um mapa temático mostra os registros atualizados das empresas e seus trechos de cobrança, que visam auxiliar no planejamento de ações e minorar conflitos de uma cartografia desorganizada anteriormente. O produto trouxe como contrapartida um apoio com equipamentos (drone de pequeno porte) para o desenvolvimento de pequenos projetos de cartografia de baixo custo no CIGA.

Na perspectiva de um melhor funcionamento e alcance acadêmico-social do seu acervo, desenvolvemos dois projetos em paralelo: 1º. A Biblioteca Virtual do CIGA, cujo objetivo básico é disponibilizar o conjunto de obras analógicas com as suas referências bibliográficas digitalizadas e que possibilitem o acesso dos estudantes do curso de Geografia e de outras Unidades Acadêmicas da UnB. O mesmo foi apresentado à Diretora da Biblioteca Central da UnB que apontou que o CIGA avançou no grande projeto das Bibliotecas Setoriais da Universidade. Neste sentido o nosso sistema já é uma referência do que é possível fazer; 2º. Trata-se do Sistema de Informação Geográfica do CIGA, conhecido como SIGCIGA, que nada mais é que um SIG que contém todo o acervo da universidade (com seus patrimônios), equipamentos e aquisições fruto das parcerias (com codificações especiais) e referências das pessoas que trabalham nos projetos (professores, funcionários, estudantes de pós-graduação, bolsistas etc.). Dessa forma, o uso dos equipamentos fica mais sob a responsabilidade pela equipe na medida em que o monitoramento das atividades ocorre de forma mais eficaz. O Reitor Ivan Marque foi convidado a conhecer os sistemas e se interessou por ambos para aplicar em setores específicos da UnB. O Centro de Processamento de Dados da Universidade tem se aproximado para entender melhor o potencial do SIGCIGA para a gestão universitária. O entrave está na disponibilização das informações para a formação da base informacional. Entendemos que primeiro a cultura da informação guardada e sigilosa precisa mudar em prol de uma gestão mais eficaz dos espaços, das pessoas e das demandas que envolvem o espaço.

Estamos emprestando e doando uma parte das pesquisas do Projeto GEOAFRO para a Sala Diásporas do Museu da Abolição em Recife-PE, que é o único museu federal com foco na matriz africana. A cartografia e a fotografia são os fios condutores da comunicação de conteúdos de distintos tempos históricos e que terão tratamentos em suportes digitais de última geração. As Figuras 49 e 50 demonstram como os registros da modelagem do espaço deverão ficar.

Figura 49: Registro 1 — Modelagem da Sala Diáspora na reforma do Museu da Abolição. Recife-PE.



Figura 50: Registro 2 — Modelagem da Sala Diáspora na reforma do Museu da Abolição. Recife-PE.



Organizamos este ano um Curso de Especialização em Perícia-Auditoria Geográfica para ser implementado no próximo ano, uma vez que o contexto de greve dos técnicos-administrativos inviabilizou a sua realização neste ano. A seguir o release e o folder da Pós-Graduação:

Figura 51: Release e o folder da Pós-Graduação

Especialização em Perícia e Auditoria Geográfica- Cartográfica: Soluções Geoespaciais

O Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica, do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (CIGA/UnB), está com inscrições abertas em 2016 para o curso de especialização *lato sensu* em Perícia e Auditoria Geográfica-Cartográfica: Soluções Geoespaciais. O curso com 360 horas é destinado a profissionais atuantes em esferas decisórias dos poderes municipal, estadual e federal e para estudantes e técnicos que atuam com demandas de gestão territorial, como geógrafos, advogados, arquitetos e urbanistas, geólogos, engenheiros civis, agrônomos, biólogos, ecologistas, entre outros. O curso tem por objetivo instrumentalizar os alunos no conhecimento e na interpretação das estruturas do espaço geográfico, as suas possibilidades de representações cartográficas numa perspectiva multiescalar, além de identificar os marcos jurídicos legais existentes relacionados ao território e seus usos e possibilitar a emissão de laudos e pareceres de subsídios à gestão territorial. Tem ainda como missão capacitar profissionais no uso das referências geográficas e tecnologias cartográficas (automatizadas e analógicas) para a construção de documentos técnicos que possibilitem a caracterização e diagnóstico ambiental-espacial (auditorias geográficas) e documentação de suporte à implementação de projetos no processo de gestão e solução territorial (perícias geográficas). Serão oferecidas 30 vagas e as aulas serão ministradas de quinta a sábado, em encontros com intervalos de quinze dias.

A constituição de um Sistema de Informações Espaciais Afrobrasileiro é uma ferramenta que sempre esteve no “radar” do Projeto GEOAFRO e, aproveitando esta oportunidade de atualizar a perspectiva de 2015, no ano 2023, o mesmo foi aprovado como Projeto de Pesquisa junto ao CNPQ e no passado (2024), o primeiro protótipo foi testado em várias turmas da Pós-Graduação junto à UFBA e à UnB. Preconizamos fazer o lançamento do Sistema de Informações Espaciais do Brasil Africano (SIEAFRO), ancorado no Portal do projeto GEOAFRO ainda neste ano. Após cadastro no link: <https://www.portalprojeto-geoafro.com/> é possível verificar o botão “SIEAFRO” com um breve vídeo do geossistema afrobrasileiro, uma plataforma de dados “abertos” para todos os “Brasis”, ou seja, incluído-excluído, preto-branco, visível-invisível, existente-inexistente, dentre outros!

Axé!



“A ação é sempre presente, não há ação passada, nem ação futura.

Há apenas ação presente.

E ação, de alguma forma, resulta de escolhas.”

Milton Santos, 1998

ANEXOS

1 — ALGUNS REGISTROS DA BANCA E EVENTO POSTERIOR

Figura 52: Banca do Concurso de Prof. Titular⁵



Fonte: Projeto GEOAFRO, Brasília, 2015.

Figura 53: Plateia e Banca acompanhando a do memorial do concurso de Prof. Titular.



Fonte: Equipe Projeto GEOAFRO, Brasília, 2015.

⁵ Link vídeo TV UNB: <https://www.youtube.com/watch?v=uL1vKbop8DU>. Acesso em: 17 abr. 2026.

Figura 54: Imagens da apresentação do Memorial do concurso de Prof. Titular



Fonte: Equipe Projeto GEOAFRO, Brasília, 2015.

Figura 55: Banca do Concurso de Prof. Titular



Fonte: Equipe Projeto GEOAFRO, Brasília, 2015.

Figura 56: Equipe do Projeto GEOAFRO e Banca avaliadora do Concurso.



Fonte: Equipe Projeto GEOAFRO, Brasília, 2015.

Palavras da Banca:

“Quero desde logo ressaltar a densidade do seu trabalho e sua postura — a busca permanente da coerência — que me faz lembrar o texto de Michael Foucault em “Les mots et les choses” quando fala de Don Quixote, no Capítulo III, denominado “Representer”. Prof. Rafael Sanzio, você é o próprio Don Quichote! Essa coragem, essa pesquisa, essa qualidade no trabalho num país ainda como o nosso, onde o pensar ainda é proibido! E o quanto é difícil resistir na vida acadêmica!”

Profa. Dra. Maria Adélia de Souza, 2015

“Sinto no seu Memorial algo que não é comum na universidade e nas trajetórias que conheço. Penso que você é quem melhor expressa a articulação entre a pesquisa, a extensão e o ensino, ou seja, parece quase que indissociável fazer o estudo, ensinar e promover a extensão de qualidade!”

Profa. Dra. Dirce Suertegaray, 2015

“Caro Rafael me chama a atenção a qualidade do que você faz, do seu trabalho, das interações sociais! Uma espécie de Sociologia geográfica! Você está ajudando a construir teoria e conceitos e estás sendo altamente político!”

Prof. Dr. Brasilmar Nunes, 2015

“Prof. Rafael o seu trabalho é artístico, profissional e faz uma marcante tradução e representação da informação geográfica. A cartografia produzida oferece luz onde historicamente tem tido sombras. Meus parabéns!”

Prof. Dr. José Borzachiello da Silva, 2015

“Em relação a trajetória do Prof. Rafael Sanzio eu vejo um trabalho de conexão muito grande entre a Geografia e a Cartografia. A sua Geografia é uma Geografia Cartográfica ou uma Cartografia Geográfica.”

Profa. Dra. Dirce Suertegaray, 2015

1.2. Condecoração Chevalier de l'ordre de la Couronne de Sa Majeste le Roi Philippe — Royume de Belgique.

Um mês depois do concurso do primeiro Prof. Titular afrobrasileiro da Universidade de Brasília, no dia 16 de setembro de 2015, o Prof. Rafael Sanzio dos Anjos recebeu a condecoração *Chevalier de l'ordre de la Couronne de Sa Majeste le Roi Philippe — Royume de Belgique* em Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Figura 57: Condecoração Chevalier de l'ordre de la Couronne de Sa Majeste le Roi Philippe — Royume de Belgique ao Prof. Rafael Sanzio dos Anjos.



Fonte: Embaixada da Bélgica em Brasília-Distrito Federal, 2015.

Figura 58: Chevalier De L'Ordre de la Couronne





MINHA PROFUNDA GRATIDÃO AOS MEUS PAIS PELA VIDA! À MINHA FAMÍLIA, AOS MEUS ANTEPASSADOS E ANCESTRAIS!



Referências

ANJOS, R. S. A. *Expansão urbana no Distrito Federal e Entorno Imediato (1964-1990): Monitoramento por meio de dados de sensoriamento remoto*. Brasília. 136 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 1991.

ANJOS, R. S. A. Vetores de crescimento urbano do Distrito Federal: suas tendências atuais e os fatores espaciais intervenientes. In: WORKSHOP. *Processos formadores e o espaço urbano do Distrito Federal*. Universidade de Brasília/NEUR-CEAM/Depto. de Geografia-IH/Depto. de Urbanismo — IA: Brasília, 1992. 16p. (Mimeografado).

ANJOS, R. S. A. Crescimento Urbano Horizontal do Distrito Federal. *Revista Humanidades*, Brasília, v. 8, n. 3. Editora Universidade de Brasília, p. 407-415, 1992.

ANJOS, R. S. A. *Modelagem dos processos formadores da dinâmica espacial urbana no Distrito Federal do Brasil*. São Paulo, 220 f. Tese (Doutorado em Informações Espaciais) — Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, 1995.

ANJOS, R. S. A. A geografia, a África e os negros brasileiros. In: MUNANGA, K. (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1999, p. 169-182.

ANJOS, R. S. A. Estruturas básicas da dinâmica territorial no DF. In.: PAVIANI, A; GOUVÊA, L.A. *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 199-215.

ANJOS, R. S. A. *Projeto Geografia do Distrito Federal: cartografia para o planejamento do território e educação espacial*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005a.

ANJOS, R. S. A. *Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2. Edição. BsB — DF, 2005b.

ANJOS, R. S. A. *Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem*. Volume II Brasília: Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2007.

ANJOS, R. S. A. *Cartografia & Educação*. Volume I Brasília: Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2007.

ANJOS, R. S. A. *Dinâmica territorial: monitoramento — cartografia — modelagem*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2008.

ANJOS, R. S. A. *Quilombos: Geografia Africana-Cartografia Étnica-Territórios Tradicionais*. Mapas Editora & Consultoria, 190p. Brasília, 2009.

ANJOS, R. S. A. Monitoramento do crescimento e vetores de expansão urbana de Brasília. In: PAVIANI, A; BARRETO, F.; FERREIRA, I.; CIDADE, L.; JATOBÁ, S. *Brasília 50 Anos: Da Capital a Metrópole*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 369-396.

ANJOS, R. S. A. *Territorialidade Quilombola: Fotos & Mapas / Quilombola Territoriality: Photos & Maps*. Mapas Editora & Consultoria., 124 p. Brasília, 2011.

ANJOS, R. S. A. *Geopolítica da Diáspora África — América — Brasil. Séculos XV — XVI — XVII — XVIII — XIX — Cartografia para Educação*. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2012.

ANJOS, R. S. A. *Relatório da atualização do cadastro dos registros municipais dos territórios quilombolas do Brasil — 2012*. Relatório Interno do Projeto GEOAFRO. CIGA — UnB. Brasília, 2012b.

ANJOS, R. S. A. A Territorialidade dos Quilombos no Brasil Contemporâneo: Uma Aproximação. In: SILVA, T.D. & GOES, F.L. (org.). *Igualdade Racial no Brasil — reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes*. Brasília: IPEA, 2013, p.137-152.

ANJOS, R. S. A. *Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL*. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 104p. 2014.

ANJOS, R. S. A. *O Brasil Africano — Algumas Referências dos Séculos XVI — XXI: Cartografia para Educação*. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014b.

ANJOS, R.S.A.; CYPRIANO, A. *Quilombolas — tradições e cultura da resistência*. Aori Comunicações. Petrobrás, 2006. São Paulo, 240 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados do Censo 2010. IBGE, Rio de Janeiro, 2011

SERRA, G. *O Espaço natural e a forma urbana*. São Paulo: Nobel, 1987. 211p.